

Arquitetura e Habitação para a Integração
Socio-Económica e Cultural de Migrantes

ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa

Débora Reis

2016

**Arquitetura e Habitação para a Integração
Socio-Económica e Cultural de Migrantes**

Trabalho teórico submetido como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Arquitetura

Débora Patrícia Ramalho Reis

Orientação
Professor Vasco Moreira Rato

ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa

Resumo

O tema deste estudo refere-se à problemática da habitação num plano cultural como modo de colmatar as falhas habitacionais num território. A atual crise de refugiados é focada e são exibidas as abordagens feitas em diferentes territórios para receber massas migratórias. O processo participativo é aqui apresentado como uma plataforma de acesso à cidade multicultural e como ferramenta essencial para a integração de pessoas com fundos culturais diversos. O estudo é complementado com inquéritos e entrevistas que pretendem identificar necessidades habitacionais e diferentes modos de apropriação do espaço doméstico.

Abstract

The theme of this study refers to the problem of housing in a cultural plan as a way to bridge the residential gaps in a territory. The current refugee crisis is focused and the approaches taken in different territories to receive migratory masses are displayed. The participatory process is presented here as a platform to access the multicultural city and as an essential tool for the integration of people with diverse cultural backgrounds. The study is complemented by surveys and interviews intended to identify housing needs and different ways of appropriation of domestic space.

Palavras-chave:

Integração, Processos Participativos, Políticas de Habitação, Identidade Cultural, Direito à Cidade

Key words:

Integration, Participatory Processes, Housing Policy, Cultural Identity, Right to the City

Agradecimentos

A todas as pessoas que me acompanharam e motivaram neste longo e rico percurso.

À minha família por me completar nas minhas falhas e me apoiar em tudo o que precisei.

Aos meus professores (Vasco Rato e José Neves), por serem realmente uma inspiração e orientação fundamental.

Ao meu amigo, Tiago Sá Gomes por me ter motivado e ensinado tantas coisas neste último ano.

À associação Solidariedade Imigrante por me ter honrosamente permitido trabalhar ao seu lado.

A todos os imigrantes e refugiados que atenciosamente se disponibilizaram a responder às minhas questões e ajudaram neste trabalho.

Aos meus patrões por acreditarem sempre em mim e flexibilizarem os meus horários.

Muito obrigada!

Índice

Resumo / Abstract	I
Índice de Imagens	II
Índice de Quadros/Gráficos	III
Glossário de Siglas	IV
Introdução	16
Estado da Arte	
Capítulo 1. O Contexto Internacional	20
1.1. Grandes Vagas de Migração	20
1.2. Impactos das Migrações nos Territórios	23
1.3. Políticas da União Europeia	24
Capítulo 2. O Caso Alemão	26
2.1. As Cidades de Chegada	28
2.2. A Experiência em Essen	33
2.3. A Experiência em Frankfurt	35

Capítulo 3. Arquitetura Participativa para a Resolução de Crises	38
3.1. Projeto do atelier Elemental, Quinta Monroy, Peru, 2003-2005	41
3.2. Reflexão sobre a Identidade na Arquitetura	46
3.3. Projeto de Siza Vieira, Haia, 1984	52
Capítulo 4. O Contexto Nacional	55
4.1. A Experiência Participativa Portuguesa	55
4.2. A Imigração em Portugal	57
4.3. A Resposta Portuguesa à Crise dos Refugiados	61
Capítulo 5. Diagnóstico Participativo ao Problema da Habitação para Imigrantes em Portugal	64
Capítulo 6. Entrevistas com Refugiados Alojados em Lisboa	85
Conclusão	91
Bibliografia	94
Anexos	103

Índice de Imagens

Fig. 2.1 – Abrigo temporário em Essen (Deutshes Architekturmuseum 2016:13)	34
Fig. 2.2 – ‘Neues Frankfurt’, de Ernst May (Henderson 1999)	36
Fig. 3.1 – Villa Matteotti, de Giancarlo de Carlo (Barone & Dobry 2002:11-12)	39
Fig. 3.2 – Vista da fachada do projeto da Quinta Monroy, antes e depois da ocupação. (disponível em http://www.elementalchile.cl/en/projects/quinta-monroy/)	41
Fig. 3.3 – Planta de implantação da Quinta Monroy, Elemental (disponível em http://www.elementalchile.cl/en/projects/quinta-monroy/)	42
Fig. 3.4 – Vista do interior de uma habitação na Quinta Monroy, antes e depois da ocupação (disponível em http://www.elementalchile.cl/en/projects/quinta-monroy/)	43

- Fig. 3.5 – Planta do piso 1 da habitação com possível extensão, Quinta Monroy 44
(disponível em <http://www.elementalchile.cl/en/projects/quinta-monroy/>)
- Fig. 3.6 – Produção de maquetes com a participação dos residentes 45
(disponível em <http://www.elementalchile.cl/en/projects/quinta-monroy/>)
- Fig. 3.7 – Vistas do exterior do projeto de Siza Vieira para Haia 53
(Fonseca 2011:152)

Índice de Gráficos

Fig. 5.1 - Ocupação Profissional dos Inquiridos em Portugal	65
Fig. 5.2 – Origem dos Inquiridos	66
Fig. 5.3 – Número de Divisões Privadas (média)	67
Fig. 5.4 – Lotação da Habitação em Portugal	69
Fig. 5.5 – Número de Divisões Públicas (média)	70
Fig. 5.6 – Número Total de Divisões (média)	71
Fig. 5.7 – Tipo de Habitação no País de Origem	72
Fig. 5.8 – Espaços Exteriores na Habitação no País de Origem	73
Fig. 5.9 – Espaço Preferido na Habitação no País de Origem	74
Fig. 6.0 – Espaço Preferido na Habitação no País de Origem – Paquistão	75
Fig. 6.1 - Espaço Preferido na Habitação no País de Origem – Angola	75
Fig. 6.2 - Espaço Preferido na Habitação no País de Origem – Bangladesh	75

Fig. 6.3 - Espaço Preferido na Habitação no País de Origem – Cabo Verde	75
Fig. 6.4 - Espaço Preferido na Habitação no País de Origem – Brasil	75
Fig. 6.5 – Espaço Preferido na Habitação em Portugal	76
Fig. 6.6 - Espaço Preferido na Habitação em Portugal – Paquistão	77
Fig. 6.7 - Espaço Preferido na Habitação em Portugal – Angola	77
Fig. 6.8 - Espaço Preferido na Habitação em Portugal – Bangladesh	77
Fig. 6.9 - Espaço Preferido na Habitação em Portugal – Cabo Verde	77
Fig. 7.0 - Espaço Preferido na Habitação em Portugal – Brasil	77
Fig. 7.1 – Grau de Satisfação com a Habitação no País de Origem	79
Fig. 7.2 – Grau de Satisfação com a Habitação em Portugal	80
Fig. 7.3 – Diferença de Grau de Satisfação entre a Habitação em PT e no PO	81

Glossário de Siglas

CACR – Centro de Acolhimento para Crianças Refugiadas

CEE – Comunidade Económica Europeia

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CPR – Concelho Português para os Refugiados

EUA – Estados Unidos da América

GEPF – Gabinete de Estudos, Planeamento e Formação

INE – Instituto Nacional de Estatística

ONU – Organização das Nações Unidas

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PER – Programa Especial de Realojamento

PIB – Produto Interno Bruto

PO – País de Origem

PT – Portugal

RFA – República Federal da Alemanha

SAAL – Serviço Ambulatório de Apoio Local

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SOLIM – Solidariedade Imigrante

UE – União Europeia

Introdução

A habitação é um direito democrático e o propósito existencial da arquitetura. Apesar da evolução tecnológica da construção, o princípio básico da busca humana por abrigo com condições dignas e pelo acesso igualitário a oportunidades de vida não está a ser cumprido. Cada vez mais e a maior velocidade, surgem crises humanitárias às quais temos que dar resposta.

No período que atravessamos, a globalização apresenta-se como aceleradora e instigadora de mudanças que afetam profundamente os territórios urbanos que habitamos.

Cada vez mais as pessoas movimentam-se e estabelecem-se em cidades que lhes são desconhecidas à procura de melhorar as suas vidas.

O arquiteto, enquanto agente provocador de mudanças profundas na cidade, tem como obrigação a reflexão sobre o princípio básico do habitar. Deve estudar e estar atento às mutações da cidade, conseguindo prever os efeitos a longo prazo que os seus projetos têm na vida das pessoas que os utilizam.

O presente estudo pretende relembrar a génese da arquitetura para tentar resolver os problemas atuais dos territórios, focando-se nos fluxos migratórios para as cidades e na crise de refugiados que assola atualmente o continente europeu.

Neste trabalho considera-se pertinente repensar o processo projetual e o papel do arquiteto como gerador de mudança, tendo em consideração de que modo este deve agir e para quem é desenvolvido o projeto. A pretensão máxima é atingir a qualidade habitacional para todos, respondendo às necessidades básicas, económicas, sociais e culturais do Homem.

O trabalho é essencialmente dividido em duas partes: uma parte teórica de enquadramento e estudo da temática (do capítulo 1 ao capítulo 4) e um estudo pessoal feito através de inquéritos e entrevistas (capítulo 5 e 6), com conseqüente análise de resultados, para revelar as necessidades habitacionais dos imigrantes em Portugal.

No primeiro capítulo (dividido em 3 seções), é exposto o contexto internacional na relação passada e presente com crises migratórias. Na 1a seção é feito o enquadramento de acontecimentos históricos relevantes que transformaram física e demograficamente os territórios assim como os agentes intervenientes que fizeram parte destes processos.

De seguida, na 2a seção, são apresentados resultados de estudos feitos que demonstram os impactos que estas movimentações populacionais tiveram ao nível dos territórios afetos. Pretende-se aqui 'prever' o que poderá acontecer com a atual crise migratória.

Na 3a seção são expostas reflexões e políticas impostas pelos governantes europeus, apresentando dados estatísticos e as premissas básicas para a receção humanitária por parte dos Estados Membros.

No 2º capítulo é focada a experiência alemã, porque a Alemanha é o país da União Europeia que mais refugiados se propôs a receber, sendo de sublinhar as reflexões e esforços dos arquitetos alemães nas diferentes abordagens para a receção destes fluxos. Algumas destas reflexões são encontradas na Bienal de Veneza do presente ano.

O capítulo inicia-se com um enquadramento histórico de políticas de imigração alemãs. A 1a seção é uma reflexão com base em estudos recentes, acerca dos modos de receção dos migrantes e do que idealmente deveria acontecer de forma a facilitar a integração destes fluxos populacionais nas cidades.

A 2a seção apresenta a abordagem de uma cidade alemã na 1a fase de recepção destas pessoas, mostrando os resultados do estudo alemão “Inclusive Neighborhoods” feito em 4 centros de acolhimento temporário. De seguida aborda-se a experiência na cidade de Frankfurt, no alojamento de curto e médio prazo. Nesta seção é igualmente abordada a experiência modernista de Ernst May como chefe de planeamento urbano da cidade, destacando-se os princípios para a habitação económica, que podem ser muito úteis para a discussão em causa.

No capítulo 3 é discutido o processo participativo como ferramenta essencial para a resolução dos problemas inerentes à arquitetura no contexto de crise. Os pontos de vista sobre esta metodologia são fundamentados e utilizados como um ponto de partida para a inserção da identidade dos moradores no projeto, como meio de integração de diferentes culturas num bairro.

Os projetos do atelier Elemental em Lima no Peru e de Siza Vieira para Haia na Holanda, são estudados como um modelo a seguir, o primeiro pela sua possibilidade de extensão e o segundo devido à sua flexibilidade de apropriação. Ambos os projetos estão associados ao processo participativo como modelo para responder às necessidades e aspirações dos seus habitantes.

O modo como Siza Vieira concebe o seu projeto leva-nos ao capítulo 4, que aborda especificamente o contexto português. A primeira seção relata a ação pioneira do SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) na resolução dos problemas habitacionais em Portugal, com recurso ao input das populações. Este projeto é um contributo importantíssimo para uma abordagem positiva em relação à participação como resolução de problemas sociais.

Na 2a seção a história da imigração em Portugal é mostrada enquanto ‘estatística comparativa’ em relação ao impacto numérico da população que estamos a receber em território nacional.

A resposta portuguesa a esta crise é tratada de seguida. É descrito o processo de receção e o planeamento para a integração desta comunidade, como reflexão em relação aos estudos feitos na seção 'As Cidades de Chegada'.

No capítulo 5 é efetuado um diagnóstico sobre as condições de habitação e integração dos imigrantes em Portugal, com vista a perceber o seu grau de satisfação e preferências ao nível do espaço doméstico. Este diagnóstico é feito com base num inquérito participativo a 50 imigrantes.

No capítulo 6 é realizado um relato do percurso e das condições de habitação e integração de refugiados alojados em Lisboa, através de 4 entrevistas que são comparadas ao programa proposto pelas organizações envolvidas e pela Câmara Municipal de Lisboa para a receção destas pessoas.

Capítulo 1. O Contexto Internacional

1.1. Grandes Vagas de Migração

As razões que levam os seres humanos a locomoverem-se para se estabelecer noutro território que lhes é estranho são complexas e têm sido intensamente estudadas. Estes movimentos migratórios podem acontecer por ação voluntária ou involuntária e podem dar-se dentro de um território nacional ou entre territórios nacionais e intercontinentais.

Por norma, as causas de migrações involuntárias podem ser de índole climática (catástrofes naturais), política, económica ou religiosa. A deslocação para um território onde não existem este tipo de problemas resulta num pedido de asilo e posteriormente na concessão de estatuto de refugiado.

Os fatores que geram uma migração voluntária estão relacionados essencialmente com a vontade de melhorar a qualidade de vida pessoal e familiar, devido à falta de oportunidades de emprego, educação e cuidados de saúde no local de origem.

A migração está agregada ao espírito humano, na procura de sonhos e esperança de melhoria de condições de vida. É considerada um aspeto inerente à vida humana. As pessoas movem-se para sobreviver, para procurar alimento e para fugir ao perigo (Parker 2007).

Com o início da era da industrialização na segunda metade do século XIX, massas populacionais em todo o mundo deslocaram-se para países em processo de industrialização para acompanhar e beneficiar economicamente do fenómeno.

Os períodos da I e II Guerras Mundiais despoletaram movimentações massivas, contabilizando-se aproximadamente 55 milhões de pessoas deslocadas para o continente americano. Após a II Guerra Mundial, a necessidade de reconstrução da Europa, fez com que os fluxos migratórios fossem sobretudo intraeuropeus.

Com a criação da Organização das Nações Unidas no pós-guerra, a convenção de Genebra teve lugar em 1951, consolidando os instrumentos legais internacionais relativos aos refugiados e estabelecendo padrões básicos para o tratamento de refugiados, sem no entanto, impor limites para que os Estados possam desenvolver esse tratamento.

Após a formação da Comunidade Económica Europeia, em 1957, muitos países europeus aumentaram consideravelmente os números de imigrantes, especialmente nos países mediterrânicos ou da Europa do Sul, que se apresentavam como um portal de entrada para aceder ao trabalho dado pelos planos de modernização da Europa.

A primeira crise petrolífera da década de 1970 inaugurou uma etapa caracterizada por políticas de restrição migratória na Europa. Nas décadas seguintes assistiu-se à consolidação e alargamento da União Europeia, à queda do muro de Berlim, assim como ao desmembramento da União Soviética. Todos estes processos implicaram grandes transformações ao nível das migrações, alterando o cenário demográfico, social e urbano das cidades europeias.

Os movimentos migratórios são uma das características mais proeminentes das sociedades contemporâneas. A globalização tem contribuído para intensificar estes movimentos devido à compressão do tempo e espaço provocada pela revolução dos transportes e das comunicações.

Estas movimentações têm um impacto significativo na distribuição populacional geográfica, contribuindo para o desenvolvimento de culturas separadas, a sua difusão e a formação de comunidades multiculturais. Esta fundição de culturas pode ter resultados muito ricos com trocas de experiências, conhecimento e tradições culturais, mas tem gerado também comportamentos sociais negativos e tensões entre minorias e maiorias, seguidas de discriminação racial.

Os imigrantes são frequentemente confrontados com rejeição e crítica por parte da sociedade recetora porque representam 'o outro', o temido desconhecido que é visto como um desafio e instiga mudanças no sistema social e cultural do país recetor. A crescente receção hostil que alguns imigrantes encontram no seu novo país acrescenta dificuldades à sua já dolorosa mudança, relacionada com a perda das suas habitações e do sistema social e tradicional que lhe era familiar (Glusac, 2015: 189). O desenho formal de um território pode ajudar a atenuar estes efeitos negativos gerados pelo deslocamento e confronto de populações.

'The people who, 25 years after the fall of the Iron Curtain, want to put up new walls and fences in Europe and in so doing jeopardise one of Europe's greatest achievements, freedom of movement, have clearly learnt nothing from history.'¹

Schulz 2016

1 'As pessoas que, 25 anos após a queda da Cortina de Ferro, querem colocar novos muros e cercas na Europa e ao fazê-lo colocar em risco uma das maiores realizações da Europa, a liberdade de movimento, claramente não aprenderam nada com a história.' (Tradução própria)

1.2. Impactos das Migrações nos Territórios

Os efeitos demográficos tanto no país recetor como no país de origem têm consequências económicas, dado que a população migrante está normalmente na sua idade ativa.

Se por um lado a emigração tem efeitos negativos no país de origem que perde a sua força laboral ativa e, conseqüentemente, o seu potencial de reprodução devido à separação familiar, por outro lado, existem também benefícios que não poderão ser desvalorizados.

A emigração traz ao país de origem uma ajuda económica em forma de remessas de capital que funcionam como uma ajuda externa. O conhecimento, cultura, tecnologia e produtos locais que os emigrantes trazem também podem ser considerados uma forma de enriquecimento do território de origem. A redução do stress da população que se reflete ao nível do território e dos recursos naturais e artificiais poderá ser benéfica no imediato. Não obstante, este processo a longo prazo poderá resultar em perdas ao nível infraestrutural.

Para os países recetores, a migração gera fluxos internos de trabalho e capital, contribuindo para a economia nacional e pagando taxas que suportam os custos de serviços desse país. Os imigrantes contribuem para a sociedade com a sua cultura, conhecimento e tradições. É ainda de referir o reforço das comunidades aquando da reunificação familiar.

Geralmente, a imigração dá-se maioritariamente em cidades com economias fortes. Estudos mostram que a imigração massiva em cidades dos EUA não reduziu as oportunidades de trabalho dos cidadãos locais e fortaleceu vários sectores da economia, incluindo pequenas empresas, importação e exportação, finanças, construção e produção nacional, o que melhorou as relações internacionais ao nível

financeiro (James, Romine & Zwanzing 1998).

Relativamente ao custo de serviços estatais/sociais aos imigrantes, verificou-se que este é menor em locais com muita capacidade de infraestruturas e sistemas de serviços. Nas restantes cidades, no geral provaram-se perdas fiscais para os Estados devido aos serviços sociais fornecidos.

No entanto, estudos recentes relativos à nova crise migratória na Europa indicam que entre 2015 e 2020, apesar da absorção de tantos refugiados poder vir a aumentar a dívida pública para €69 mil milhões, durante esse mesmo período os refugiados irão contribuir para o crescimento do PIB em €126 mil milhões (Legrain 2016).

1.3. Políticas da União Europeia

Em 2012 a taxa mundial de migração era de 3% (Padilla & Ortiz 2012:159-184). 34% destes migrantes estão sediados na Europa. Dado o significado que estas populações representam nas cidades Europeias, desde 2006 que as Nações Unidas integram o tema das migrações na sua agenda (Padilla & Ortiz 2012).

Estados Membros da UE como a Áustria, França, Alemanha e Reino Unido são países de imigração há mais de um século mas, para vários Estados Membros, a imigração é um fenómeno relativamente recente, ao qual tiveram que se adaptar rapidamente após a abertura de fronteiras, terminado o regime comunista.

No geral, os Estados Membros têm muitos organismos envolvidos na formulação e implementação de políticas de imigração, tendencialmente com uma abordagem inclusiva. Nota-se um maior foco no

melhoramento dos sistemas de migração e asilo, com reformas institucionais em prol da integração (European Migration Network 2010).

“The European Union has as one of its objectives the establishment of an area of freedom, justice and security. This includes, along with police and justice cooperation, the development of common European policies in the areas of immigration and asylum.”²

Parker 2007

No final de 2013 existiam mais de 51 milhões de pessoas deslocadas devido a conflitos, dos quais 13 milhões são resultado da crise sírio-iraquiana. No final de 2014 existiam 3.3 milhões de refugiados sírios externamente deslocados e 7.6 milhões internamente deslocados (Sousa 2014).

Em alguns Estados Membros é fornecida habitação, financiamento básico e acesso a saúde e educação para as crianças no período de admissão. Aos requerentes de asilo deve ser dado acesso ao mercado de trabalho após um período máximo de 12 meses (European Migration Network 2010:35).

2 “A União Europeia tem como um dos seus objetivos o estabelecimento de um espaço de liberdade, justiça e segurança. Isto inclui, juntamente com a cooperação da política e da justiça, o desenvolvimento de políticas europeias comuns nas áreas de imigração e asilo.” (tradução própria)

'Member States should give effect to the provisions of this directive without discrimination on the basis of sex, race, color, ethnic or social origin, genetic characteristics, language, religion or beliefs, political or other opinions, memberships of a national minority, age or sexual orientation.'³

The Council of the European Union 2003:44

Capítulo 2. O Caso Alemão

No período entre 1945 e 1949, após a II Guerra Mundial quase 8 milhões de pessoas deslocaram-se da Alemanha Soviética para a Alemanha Ocidental e 3.6 milhões de pessoas fizeram o percurso inverso. Com a fundação da República Federal da Alemanha em 1949 deram-se mais deslocamentos internos do oriente para o ocidente e após a construção do muro de Berlim em 1961, aproximadamente 3.5 milhões de pessoas já tinham atravessado para a RFA.

Após o boom económico, entre 1955 e 1973 a Alemanha recrutou trabalhadores imigrantes oriundos do Sul da Europa e do continente Africano (Itália, Espanha, Grécia, Portugal, Jugoslávia, Turquia, Tunísia e Marrocos). Em 1960 a força trabalhadora estrangeira representava 1.3% do total, tendo esta percentagem crescido para 11.9% até 1973 (European Migration Network 2010:21).

Desde 2012 que têm chegado vagas de refugiados ao território alemão. Em 2015 chegaram 1.1 mi-

3 "Os Estados-Membros devem aplicar as disposições da presente diretiva sem discriminação em razão do sexo, raça, cor, origem étnica ou social, características genéticas, língua, religião ou convicções, opiniões políticas ou outras, membros de uma minoria nacional, idade ou orientação sexual." (tradução própria)

Ihões de pessoas vindas maioritariamente de territórios em guerra como a Síria, Afeganistão, Iraque e Eritreia (Friedrichs 2016:76).

As reações locais e governamentais têm sido diferentes de região para região. Os órgãos administrativos que gerem a integração de refugiados na Alemanha são o Serviço Federal para a Migração e os Refugiados e o Commissariado para a Integração.

Quando chegam, os imigrantes são distribuídos pelos estados federais, consoante a análise económica regional feita no Königsteiner Schlüssel⁴ (Friedrichs 2016:76). Esta distribuição é provisória e a situação de emergência resultou no imprevisto de ‘acampamentos temporários’ ou ‘centros de receção’ preparados para o efeito, nas periferias de algumas cidades.

O planeamento destes abrigos é preocupante por se situarem em locais onde não são visíveis, por serem considerados ‘pouco desejados’ (Casanova 2016:5). Os refugiados são posteriormente transferidos para estruturas leves como contentores preparados para habitação, com o objetivo final de encontrarem habitação própria ou habitação social, apesar de haver um défice deste tipo de alojamento na Alemanha.

De acordo com estimativas feitas em Setembro de 2015 pelo Ministério para a Habitação e o Desenvolvimento Urbano e pelo Pestel Institute, são necessárias 5.6 milhões de unidades residenciais na Alemanha. Anualmente deveriam ser construídas entre 350.000 e 400.000 unidades, das quais pelo menos 80.000 deveriam ser habitação social, sendo atualmente a média alemã de 100.000 unidades habitacionais anuais. Apesar destes dados, é no entanto de sublinhar o esforço governamental que aumentou o subsídio para a construção de habitação social, de 2 mil milhões de euros para 4 mil milhões

4 Acordo de Königsteiner. (tradução própria)

de euros, até 2019 (Rettich 2016:86).

Para contrariar o atual problema da habitação é fundamental que os arquitetos repensem as tipologias, sugiram alternativas, analisem as soluções existentes e façam propostas realistas com urgência. A adoção destas ideias é de responsabilidade política e dos seus programas de financiamento, devendo-se rapidamente acabar com a especulação de terrenos e propriedades, para o cumprimento destes objetivos.

2.1. As Cidades de Chegada

O tema da Bienal de Arquitetura de Veneza de 2016 aborda exatamente estas questões de planeamento do ambiente construído para melhorar as condições de vida dos fluxos populacionais que se movem para as cidades.

É uma discussão que “transborda os limites da arquitetura, invadindo campos como a política, a geopolítica, a economia, os estudos sociais, a geografia, a distribuição de recursos, as infraestruturas urbanas, a participação comunitária, etc. Caracterizando um evento construído sobre a ideia da arquitetura como um campo multidisciplinar, e do arquiteto como um agente facilitador de processos que tendem a levar a um objetivo maior: o bem estar e a qualidade de vida das populações.”

Baratto 2016

O Pavilhão Alemão na Bienal apresenta todos os projetos feitos para refugiados e imigrantes existentes até Outubro de 2015, com o objetivo de provocar uma discussão, comparando soluções e refletindo sobre políticas locais. Os critérios de escolha dos projetos apresentados baseiam-se no custo, flexibilidade espacial e, capacidade do projeto de promover comunicação entre residentes ao nível do espaço público. O livro *Arrival City* de Doug Saunders serviu como ponto de partida para estas reflexões.

'After a year, he had earned enough to get power tools, and a bigger shop. He brought over his wife, his son, his son's wife, and their infant grandson. They all sleep, cook, wash and eat in a windowless area in the back, behind a plastic curtain, in a space that is even more exposed and cramped than the dirt-floor hut they endured in the village.'⁵

Saunders 2010:5

Para o autor, estas cidades de transição formadas por bairros recetores informais, geram pequenas economias que suportam economias maiores nos países de origem. Nestes bairros, as pessoas investem tudo o que têm e correm grandes riscos com a migração, apostando tudo no seu sucesso, o que muitas vezes não acontece. As causas para o seu insucesso estão relacionadas com falta de regulamentação e apoios estatais, barreiras físicas, falta de infraestruturas e de serviços de apoio ou impedimentos legais e burocráticos.

5 'Após um ano, ele tinha ganho o suficiente para obter ferramentas e uma loja maior. Ele trouxe a sua esposa, o seu filho, a esposa do seu filho e o seu neto. Todos eles dormiam, cozinhavam, lavavam e comiam numa área sem janela nas traseiras, atrás de uma cortina de plástico, num espaço que é ainda mais exposto e apertado do que a cabana de chão sujo que eles suportavam na aldeia.' (tradução própria)

Para que a situação seja alterada, organizações humanitárias, grupos sociais e governos devem comunicar intensamente e abordar o seu trabalho como um investimento na criação da cidade, desenhando políticas que suportem minorias com necessidades distintas, aplicando um modelo que se afaste de planos homogêneos que se suportem em recursos externos e que evite a criação de guetos.

O planeamento urbano dos últimos séculos foi desenvolvido baseado num paradigma político totalmente diferente, ocidental por princípio, que privilegia a identidade nacional e os seus interesses, promovendo os ganhos do imperialismo, mas também embebido em ideias democráticas.

As expansões da cidade no pós-guerra foram desenhadas segundo os princípios da Carta de Atenas, com a separação das áreas residenciais, de lazer e de trabalho, propondo, em alternativa ao carácter e à densidade das cidades tradicionais, uma cidade na qual os edifícios se desenvolvem em altura suportados por extensos espaços públicos.

Atualmente são estes os bairros principais de chegada. Estes grandes blocos habitacionais encontram-se nas periferias das cidades e têm fogos a preços razoáveis, essencialmente porque sofrem de falta de infraestruturas de ligação física a pontos urbanos económicos. Para a integração bem sucedida destas populações, é necessária a criação destas conexões aos recursos da cidade, com um excelente serviço de transporte público.

Normalmente um dos fatores que torna o preço da habitação mais acessível nestes bairros do que noutras partes da cidade é que não se encontram munidos de estruturas governamentais, educacionais, comunitárias ou de saúde. Mas, como inúmeros exemplos já mostraram, o processo de integração de imigrantes é muito mais rápido, bem sucedido e com menos risco de isolamento social se estas comunidades forem suportadas com estruturas públicas bem desenhadas. O investimento inicial

nestes bairros para a criação destas estruturas vai impedir muitos gastos a longo-prazo e farão destas zonas um sítio atrativo também para outros habitantes da cidade.

Quando a habitação social está desconectada com o tecido da cidade, estigmatiza os seus residentes como uma minoria, reduzindo a interação social com a restante sociedade, o que resulta naturalmente na perda de qualidade de vida. Abordagens erradas ao problema promovem a homogeneização, a falta de participação no processo e a desconexão com a vida urbana, sendo estas as maiores causas para a exclusão dos habitantes.

A dimensão ideal para estes bairros também deveria ser estabelecida. Idealmente seria o mais pequeno possível, mas grande o suficiente para justificar estas estruturas diárias de apoio aos habitantes.

Para se ser bem sucedido na inclusão social, não é apenas necessário focarmo-nos em políticas sociais para a educação, serviços de saúde e apoios estatais. É necessária a promoção de políticas que façam a gestão da diversidade e integrem recém-chegados nas dinâmicas políticas, sociais e económicas do país. É necessário um desenvolvimento económico que beneficie todos os grupos sociais e que aposte não só no desenho adequado da habitação como também da sua envolvente. É necessário controlar o custo e acesso a transporte público, a localização e acesso a emprego, a gestão de edifícios educacionais e serviços policiais, a iluminação pública e redução de lixo, moderar os custos dos terrenos industriais e dar licenciamento a vendedores e mercados públicos. Deve haver um investimento em bens públicos desde centros de dia e centros comunitários a serviços básicos de saneamento (Roy 2003).

Para produzir planos realistas a serem executados num curto período de tempo, deve ser recolhida e estudada toda a informação relacionada com o uso dos solos, a qualidade ambiental e as infraestruturas e serviços atuais, bem como ser feita a análise demográfica da comunidade em questão.

Segundo Doug Saunders, a integração dá-se primeiramente ao nível da vizinhança. Quando os imigrantes chegam a uma nova cidade, geralmente procuram redes de suporte já estabelecidas, que tenham fundos culturais semelhantes, através de associações ou de outros imigrantes que os possam ajudar com a sua integração (Saunders 2016:24).

Uma densidade razoável para além de fomentar comunidades saudáveis e seguras, também ajuda no processo de integração. Ao aumentar o fluxo pedestre num bairro, a densidade populacional no espaço público aumenta, criando uma sensação de segurança e conforto para os seus utilizadores, mesmo fora das suas habitações. Este gesto aumenta também a proximidade física num ambiente seguro e encoraja movimentos de atividade comercial onde a vitalidade social emerge (Saunders 2016:24).

Bairros recetores de sucesso são caracterizados por acomodação económica e, também pelo potencial de apropriação de espaços nos quais as pessoas possam estabelecer as suas microeconomias.

Um bom exemplo são bairros como Belleville em Paris, Brick Lane em Londres e Kreuzberg em Berlim. Foram formados por múltiplos núcleos criados por populações imigrantes com fundos culturais diversos, que se estabeleceram ao longo dos anos, dentro e fora dos limites do centro das cidades. Inicialmente afirmados como agrupamentos informais e insalubres, estes núcleos mais tarde tornaram-se nos bairros residenciais mais bem sucedidos destas cidades.

As populações imigrantes destes bairros passaram, numa geração, da marginalidade ao sucesso. É nestes bairros que atualmente se encontra a verdadeira vida da cidade e, é neles que a velha cidade começa a ser um laboratório de experiências dedicado ao seu próprio futuro. Estes quarteirões criados por imigrantes são o lugar onde as novas classes criativas se vão gerar ou onde uma nova onda de tensão e conflito vai eclodir. Esta diferença depende muito da abordagem política e organizativa e cru-

cialmente da formação de estruturas físicas que apoiem o processo (Saunders 2016).

Uma das questões que se coloca nas renovações e no desenvolvimento urbano é se o projeto deve ser direcionado para o grupo alvo de habitantes migrantes ou se, pelo contrário, se espera que os habitantes se adaptem aos modos de habitar locais.

Em prol da sua mais eficaz integração, há que exercitar a tolerância por parte dos cidadãos nacionais em relação às práticas dos imigrantes. É também necessária alguma abertura por parte dos imigrantes aos modos de habitar locais, a uma ética de trabalho disciplinado, à aceitação de autoridade por parte das mulheres, à aceitação das regras democráticas, à adesão ao princípio de separação da religião, economia, ciência e política (Siebel 2016:220).

2.2. A Experiência em Essen

A partir do seminário de pesquisa 'Inclusive Neighborhoods' (Casanova, Pozo, Kurzdorfer & Schmidt 2015) retiraram-se várias conclusões. O estudo analisou quatro campos de refugiados em bairros com diferentes proximidades dos centros urbanos. De um modo geral, os resultados mostraram que as condições e localização destes campos afetavam o comportamento e relações dos refugiados com os habitantes e governos locais.

Na cidade de Essen, localizada na região densa de Ruhr, na Alemanha, foram investidos 35.183 milhões de euros em 2015 para a construção de edifícios feitos a partir de estruturas modulares de madeira com o objetivo de funcionar como um 'abrigo temporário multifuncional' (Casanova 2016:5). Este centro de recepção foi construído numa ex-área industrial isolada (fig.2.1). O centro urbano mais próximo, Fishlaken, fica a 2km de distância e o abrigo não é facilmente acedido a pé ou de transporte

público. Este tipo de ações está a ser repetido noutras cidades alemãs.



Fig. 2.1 – Abrigo temporário em Essen

Como consequência das condições deste tecido urbano separado das áreas densas centrais e da natural desconexão com outros atores sociais, vários efeitos negativos, como o medo e a desconfiança, foram gerados. A envolvente desocupada por um lado agrava a sensação de insegurança, e por outro desencoraja o afastamento das pessoas do campo para a realização de atividades diárias.

Em contraste com os campos localizados em áreas densas que oferecem a possibilidade de utilização

das estruturas da cidade e de contato direto com a população local e os atores sociais, o efeito foi o oposto. Os refugiados que aqui foram entrevistados mostraram agradecimento e vontade de fazer parte da sociedade alemã. Sentiram-se livres para conhecerem a zona, envolverem-se em atividades com cidadãos locais e manifestaram o desejo de procurar habitação própria dentro do bairro.

Apesar destes bairros centrais também gerarem problemas sociais, devido à segregação de comunidades imigrantes já instaladas, estes oferecem um grande potencial de regeneração. O objetivo é mostrar que, passo a passo, estes habitantes podem influenciar a transformação económica, social e urbana da cidade. Deste ponto de vista, os refugiados são potenciais portadores de mudança, oferecendo oportunidades para criar pequenos modelos de integração social (Casanova 2016:5).

2.3. A Experiência em Frankfurt

Outra estratégia que está a ser proposta nalguns estados alemães é a reconversão de tipologias para a receção das massas da crise migratória. A cidade de Frankfurt tem 1.4 milhões de m² disponíveis em espaços de escritórios que se encontram atualmente desocupados e que poderiam levar potencialmente à construção de 20.000 unidades habitacionais integradas em localizações urbanas.

A construção em betão armado utilizada nesta tipologia leva por si a uma reutilização simples e económica. Certas áreas do edifício podem ser utilizadas como alojamento temporário enquanto outras poderiam ser transformadas em alojamento permanente de mistura social (Rettich 2016:86).

Não é a primeira experiência desta cidade com crises migratórias. Em 1925, quando Ernst May chegou a Frankfurt para ocupar o cargo de chefe de planeamento urbano, no decurso do seu programa habitacional intitulado 'Neues Frankfurt' (fig.2.2), foram construídas num curto período de tempo 12.000 unidades habitacionais para colmatar as carências da população, essencialmente operária, que se

movia para os centros urbanos. Estas unidades eram arrendadas por não mais do que 25% do ordenado mensal dos seus habitantes. Foram construídas com dois quartos e uma área de 40 m², para um máximo de quatro ocupantes. Os dois apartamentos adjacentes poderiam ser agregados para criar uma habitação maior, caso fosse necessário. Para atingir o objetivo de espaço mínimo, custo mínimo e maior funcionalidade possível foram utilizados elementos pré-fabricados, como mobiliário embutido ou encastrado e planos deslizantes (Korner & Sturm 2016).



Fig. 2.2 – ‘Neues Frankfurt’, de Ernst May

Anteriormente, em 1922, May já tinha tido a sua experiência em Wroclaw, com um projeto de realojamento de refugiados chamado de 'self-help houses' que consistiam em estruturas de madeira low-cost, cujas divisões os habitantes poderiam construir posteriormente em terra. Esta casa-protótipo com 65 m² foi exibida na Feira de Wroclaw e Gotenburg (Henderson 1999:311).

Ernst May foi um participante essencial no II CIAM, realizado em Frankfurt em 1929, que teve como tópico a Unidade Mínima de Habitação. Vista como um instrumento social indispensável para uma nova era imersa na produção em série, a Unidade Mínima era alvo de estudos e implementada pelos arquitetos modernistas nos projetos das grandes cidades.

Capítulo 3. Arquitetura Participativa para a Resolução de Crises

No início dos anos 60, nos EUA, começou a debater-se sobre o papel da comunidade no processo da criação dos seus ambientes. Crescia também a consciência da falta de ligação entre o arquiteto e as necessidades e costumes dos utilizadores.

Os jovens arquitetos começaram a questionar os processos normativos da configuração do espaço construído. Ganhou então forma uma cultura participativa que, posteriormente se perdeu ou foi ignorada (Santiago 2012).

Jane Jacobs e Alexander Mitscherlich foram pioneiros na crítica à Carta de Atenas. Nos seus pontos de vista a arquitetura moderna, na sua essência, não era compatível nem relacionável com as necessidades físicas e emocionais dos extratos mais pobres da população (Carvalhais, 2009).

Para a socióloga Monique Eleb, o mundo contemporâneo caracteriza-se pelo aumento da longevidade, a emancipação tardia de jovens adultos, a partilha de casa entre jovens e ritmos muito diferenciados dentro da estrutura familiar (Eleb 1996:46). A arquitetura tem que se adaptar aos novos modos de habitar, tendo em conta as diferentes necessidades dos moradores, motivadas por fatores biológicos, sociais e culturais.

Giancarlo de Carlo defende o processo participativo como uma forma de enfrentar a dimensão social e política dos projetos de interesse coletivo, fazendo valer a opinião e o desejo dos usuários, cuja finalidade será garantir maior cidadania e democracia na conceção dos espaços públicos, residenciais e urbanos, entendendo o processo participativo como um veículo de educação e cultura (Barone & Dobry 2002).

No desenho da Villa Matteotti (1964-1974) em Terni, Itália, (fig. 3.1) de Carlo apoiou a participação dos moradores no projeto, promovendo discussões acerca dos princípios funcionais e estéticos a aplicar, políticas habitacionais e economia. Parte do processo consistia também na avaliação e crítica de várias propostas estruturais apresentadas.



Fig. 3.1 – Villa Matteotti, de Giancarlo de Carlo

“Se considerarmos a casa da corrente de produção edificada contemporânea, parece claro que os diversos tipos são repetitivos e sobretudo indiferentes às situações ambientais, culturais e sociais. Adições de residências tipo dão lugar a edifícios residenciais tipo, também repetitivos e indiferentes. E como os habitantes são diferentes, as situações sociais e culturais são diferentes, é claro que alguma coisa não funciona.”

de Carlo 1999

A falta de diálogo entre o topo e a base pode ser colmatada através destas ‘pontes’ estabelecidas pelo processo participativo, em que as populações se sentem envolvidas num ambiente democrático, criando redes sociais e aprendendo sobre modos de habitar, sendo estes mecanismos significantes na redução da pobreza.

“There must be neither faked tradition nor faked modernity, but an architecture that will be visible and permanent expression of the character of a community.”⁶

Hassan 1973:45

O arquiteto apresenta-se como um informador e mediador, desenhando também um processo de comunicação com base em ferramentas físicas e gráficas de suporte como maquetes, perspetivas e fotomontagens.

Do ponto de vista do arquiteto Jon Broome, envolver as pessoas no processo de construção da habitação é uma preposição necessária para um projeto sustentável (Broome 2005:65). A participação nas diferentes fases do projeto reduz os custos a curto e longo-prazo e aumenta o sentimento de pertença e de comunidade.

6 ‘Não deve existir nem uma tradição falsa nem uma modernidade falsa, mas uma arquitetura que será uma expressão visível e permanente do caráter de uma comunidade.’ (tradução própria)

“It is not about identity and rediscovering a common origin, but about creating and sharing a common space.”⁷

Querrien 2005:105

3.1. Projeto do atelier Elemental, Quinta Monroy, Peru, 2003-2005

Nos países subdesenvolvidos, as habitações encontram-se num processo em desenvolvimento contínuo. As constantes transformações passam pelo aumento ou diminuição dos espaços, tendo em conta a variação e o número de pessoas que os habitam. Passam também pela vontade de querer distinguir as suas habitações pela cor ou textura. Existem exemplos de habitações evolutivas e flexíveis em que os arquitetos ajudam os habitantes, dentro dos limites definidos, a desenvolverem as suas habitações posteriormente, sem terem necessidade de recorrer a outro arquiteto ou construtor especializado.



Fig. 3.2 – Vista da fachada do projeto da Quinta Monroy, antes e depois da ocupação.

7 ‘Não se trata de identidade e de redescobrir uma origem comum, mas sim de criar e partilhar um espaço comum.’ (tradução própria)

O atelier chileno Elemental desenvolveu habitações que pudessem ser construídas no mínimo de terreno possível e que conseguissem ser financiadas em terrenos próximos de centros urbanos. O Governo contribuiu com US\$7.500 por unidade. O bairro é composto por aproximadamente 20 famílias, distribuídas em unidades de vizinhança que acompanham quatro praças, o tamanho suficiente para estabelecer um bairro autónomo (fig.3.3).



Fig. 3.3 – Planta de implantação da Quinta Monroy, Elemental

A estratégia reside na construção em betão armado de parte do espaço, como as zonas de cozinha e instalações sanitárias, normalmente mais caras e difíceis de construir, dando formação aos habitantes para posteriormente estenderem o espaço, tendo flexibilidade para a criação de varandas, duplos pés-direitos, etc.



Fig. 3.4 – Vista do interior de uma habitação na Quinta Monroy, antes e depois da ocupação

As unidades com inicialmente 36 m² por piso podem ser estendidas até 70 m² pelos moradores (fig.3.5), por um custo de aproximadamente US\$1.000. O atelier prevê que o caráter melhorado do bairro contribuirá para a sua valorização em US\$20.000 por unidade no prazo de cinco anos.

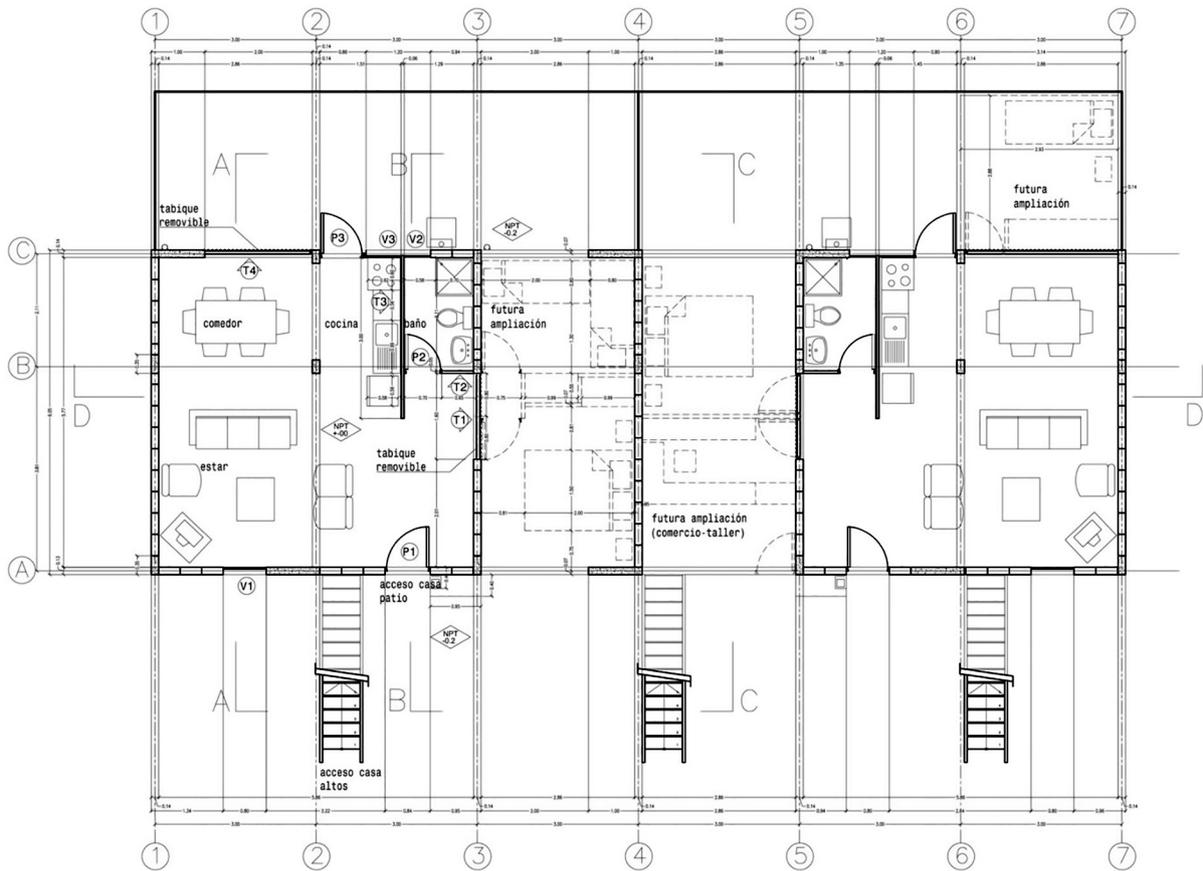


Fig. 3.5 – Planta do piso 1 da habitação com possível extensão, Quinta Monroy

A formação dos residentes teve lugar em oficinas especializadas, onde os arquitetos desenhavam e faziam maquetes, criticando as propostas com os habitantes e utilizando workshops de construção como meio de aprendizagem para as futuras extensões (fig. 3.6).



Fig. 3.6 – Produção de maquetes com a participação dos residentes

Atualmente quase todas as extensões estão completas, resultando num conjunto formal mas heterogêneo, refletor da vontade e necessidade dos seus habitantes.

O grupo Elemental tem aplicado este modelo com sucesso noutras cidades do Chile, Brasil, México e EUA.

“de esta manera, uno que podia ser identificado como un barrio social - con su connotacion institucional - es ahora parte de un barrio popular integrado.”

Huidobro 2005:72-76

3.2. Reflexão sobre a Identidade na Arquitetura

Christopher Alexander defende que os padrões dos acontecimentos e comportamentos nos vários espaços físicos acabam sempre por ser definidos pela cultura a que pertencem os moradores. Os padrões de adaptação das pessoas ao espaço variam de acordo com a cultura local. Existem culturas que passam menos tempo em casa do que outras e que prezam mais a privacidade do que outras. Os padrões de uso de um espaço característicos de certas culturas podem alterar-se de acordo com o tempo e, por consequência, os espaços também se alteram (Alexander 1977).

Os contextos culturais e sociais definem os padrões comportamentais de cada indivíduo, refletindo-se nas formas e na disposição dos espaços. As funções acabam por modelar a habitação. Esta deve cumprir a função de alojar, proteger e responder a atos previsíveis e espontâneos dos seus habitantes (Alexander 1977:747).

Assim sendo, os arquitetos devem inspirar-se e aprender com alguns aspetos da cidade informal, tais como os seus processos de gestão, a cooperação entre a população, a versatilidade das habitações, a estética particular dos conjuntos e o sentimento de pertença em relação às habitações.

Deve exercer-se uma revisão ao nível das políticas da habitação e uma franca comunicação entre todos os agentes envolvidos, desde moradores, a arquitetos, organizações e governos.

“...as vontades da comunidade por vezes são diferentes dos interesses públicos e privados.”

Petrescu 2005:48

Devemos aceitar que nenhum processo participativo, não obstante ser bem intencionado, vai dissolver o poder das estruturas políticas e as desigualdades das várias partes intervenientes. Deve existir um esforço de todos os agentes envolvidos no processo em prol dos interesses dos habitantes e do contexto urbano.

“Architecture is a manifestation of the cultural context in which it resides.”⁸

Kenney 1991:23

Estudarmos e utilizarmos os recursos que cada lugar oferece vai para além de uma aprendizagem dos métodos de construção sustentável. Contribui também para um entendimento do lugar e para reforçar a identidade cultural.

8 'A arquitetura é a manifestação do contexto cultural em que reside.' (tradução própria)

“The hope for the future is that this new understanding of local capacity and identity would motivate building design that is oriented towards exploiting what’s locally available. An architecture that has a fresh and unique language as well as strong self-confidence by being self-sufficient, which is an important basis of sustainable development.”⁹

Heringer 2008:40

Esta valorização do conhecimento e dos recursos locais pode ser reveladora de talentos locais, orgulho cívico, coesão comunitária e pode criar uma ponte entre gerações, além da capacidade de controlo de custos e de recursos.

9 ‘A esperança para o futuro é que esta nova compreensão da capacidade e identidade locais motivará um desenho de edifícios orientado para a exploração dos recursos locais disponíveis. Uma arquitetura que tem uma linguagem nova e única assim como uma forte autoconfiança por ser autosuficiente, o que é uma importante base para um desenvolvimento sustentável.’ (tradução própria)

“Real architecture has an attachment to a larger reality that goes beyond architecture itself, characteristics of the land, the attributes of the people, the economic basis of the building environment, range of uses, climate, culture – all are the real determinants of form.”¹⁰

Fillip 1999

Tanja Glusac faz uma crítica à monoculturalidade indiferenciada e à abordagem esteticamente guiada que prevalece no discurso e prática arquitetônica, que segundo a autora falha em perceber a importância da arquitetura e do ambiente construído na criação da imagem que as pessoas formam delas próprias (Glusac 2015).

Os projetos desde o Modernismo parecem contribuir para a visão que privilegia a falta de resposta para a arquitetura cultural e regional, em detrimento de uma globalização e homogeneização de países, cidades e regiões, inculcando o medo de perda de identidade nacional (Glendinning 2010).

10 “ A arquitetura real tem uma ligação a uma realidade maior, que vai além da própria arquitetura, características do terreno, os atributos das pessoas, a economia base do ambiente construído, o uso, clima, cultura - todos são os determinantes reais da forma.” (tradução própria)

“We, as architects, could and should play a stronger role in the formation of living space and the habits of people. We have to come up with innovative ideas to help conserve resources and therefore to help nurture a future free of crisis.”¹¹

Kére 2011

“the purpose of architectural design is to provide settings appropriate to the biosocial, psychological, cultural needs of the occupants. To develop an informed, responsive design, a thorough understanding of the occupants’ needs ought to be obtained.”¹²

Rapoport 2000:103

A possibilidade de apropriação de um espaço e a observação contínua de práticas culturais podem ser empregues na criação de condições facilitadoras da inserção de migrantes num novo território, ultrapassando o sentido inicial de perda e alienação.

11 ‘Nós, como arquitetos, podíamos e devíamos ter um papel mais importante na formação do espaço habitado e nos hábitos das pessoas. Temos que trazer ideias inovadoras para ajudar a conservar os recursos e assim sendo, a nutrir um futuro livre de crises.’ (tradução própria)

12 ‘A finalidade do projeto de arquitetura é fornecer definições adequadas às necessidades biológicas, sociais, psicológicas e culturais dos ocupantes. Para desenvolver um projeto informado é necessário obter um profundo conhecimento sobre estas necessidades.’ (tradução própria)

Os imigrantes, ao se apropriarem do espaço, inculindo os seus modos de o habitar, continuando a cozinhar os seus pratos tradicionais étnicos com produtos encontrados no mercado local ou no seu jardim, a falar a sua própria língua, a observar as suas tradições e costumes e a apropriar-se do seu ambiente e arquitetura para se enquadrarem nas suas noções pré-concebidas (e expectativas) do que o espaço doméstico deveria ser, estão a recriar condições com as quais eles são familiares, condições que experienciaram nos países de origem e que os vão ajudar na sua integração.

Ao continuar a executar atos tradicionais performativos, tais como costumes e rituais, os indivíduos conseguem conectar-se melhor com a arquitetura e ambiente construído que ocupam e criar fortes ligações afetivas com estes espaços (Glusac 2015:40).

“Culture is but a mosaic, the representation of wholeness from fragments, a collage made from many pieces combining one’s own culture with aspects taken from other cultures.”¹³

Croucher 2004:27

O desenho do espaço público envolvente e a sua ocupação é igualmente importante para o sucesso da integração dos moradores imigrantes num bairro. Neste sentido, espaços como centros comunitários, religiosos ou educacionais oferecem a muitos migrantes a oportunidade para manterem um sistema tradicional de valores semelhante ao da sua terra natal.

13 ‘A cultura não é mais do que um mosaico, a representação da totalidade de fragmentos, uma colagem feita a partir de muitas peças combinando a própria cultura com aspetos retirados de outras culturas.’ (tradução própria)

Contudo, manter-se inflexível quanto às suas tradições sem aceitar os valores e tradições locais pode contribuir para a formação de guetos, em que secções da cidade ou dos seus subúrbios tornam-se quase exclusivamente habitados por membros da mesma comunidade, conduzindo à sua segregação social e racial.

3.3. Projeto de Siza Vieira, Haia, 1984

Um exemplo de projeto desenhado com a participação de uma comunidade multicultural e aberto aos vários modos de habitar, étnicos e sociais, é o projeto de Siza Vieira, em Haia.

Siza Vieira foi chamado pelo partido governante de Haia em 1984, para a construção de habitação social, depois da experiência do SAAL no Bairro da Bouça, no Porto, e no Bairro da Malagueira, em Évora.

O desafio seria alterar a perceção de insegurança e ‘guetificação’ sentida no bairro de Schilderswijk, próximo do centro urbano, de cariz pós-industrial, que concentrava informalmente uma população 50% imigrante. As etnias que à partida iriam preencher o conjunto habitacional eram oriundas da Turquia, Marrocos, Suriname, Paquistão, Angola, Brasil, Índia e Holanda.

“Temos que fazer casas que sejam aceites por imigrantes e nacionais.”

Siza Vieira 2016

A forma que Siza Vieira encontrou para captar as necessidades de uma população com fundos tão distintos foi, tal como no processo do SAAL, promover reuniões onde se discutiam as necessidades

dos moradores, para posteriormente apresentar protótipos a serem experimentados e criticados. Neste processo participativo Siza Vieira discutiu com as famílias os interiores da habitação e foi montado um espaço experimental para a criação de modelos à escala 1:1.

Este processo gerou o desenho de blocos habitacionais de 4 pisos, intercalados por espaços públicos abertos a pontos de comércio no piso térreo. Os edifícios foram revestidos com o tradicional tijolo aplicado sobre uma métrica de vãos quadrados metálicos. Nele foram rasgados espaços de entrada monumentais e os cantos foram pontuados com revestimento em mármore como analogia a uma mudança de ambiente (fig. 3.7).



fig. 3.7 – Vistas do exterior do projeto de Siza Vieira para Haia

A nível de interiores, este processo experimental participativo resultou num desenho inspirado numa tipologia tradicional holandesa do século XIX, resultando em espaços abertos e iluminados com diferentes vãos de escadas e entradas que nos levam aos restantes espaços. O Hall apresenta-se aqui como o espaço chave no desenho de Siza. É este que espelha a influência cultural dos seus habitantes.

Estudando os princípios da hospitalidade e privacidade da cultura muçulmana, em que existem limites bastante explícitos na separação do espaço para residentes e do espaço para visitantes (Movahed 2013:3), Siza desenhou um duplo hall que poderia ser ‘quebrado’ por um plano embutido na parede, para respeitar o costume islâmico da separação visual entre espaço público e privado da habitação. Desta forma, as famílias holandesas mantinham o espaço aberto, enquanto as famílias muçulmanas usufruíam da separação entre o espaço de receção de hóspedes e dos espaços privados ou de serviços, onde normalmente se encontra a mulher.

A segunda fase da construção foi concluída cerca de 9 anos depois, em 1993, com a adição de 240 fogos de apartamentos. Siza incorporou neste projeto espaços para plantações no piso térreo.

Atualmente a população imigrante do bairro aumentou para 90% relativamente à população inicial, restando duas famílias de nacionalidade holandesa, apreciadoras da multiculturalidade do bairro. O feedback da população obtido com o documentário ‘Vizinhos: A Haia de Siza Multicultural’ realizado no âmbito da Bienal de Veneza 2016, é muito positivo. Nenhum dos habitantes referiu insegurança no bairro, pelo contrário, enfatizaram o sentido comunitário que ali se vive. O interior das habitações é descrito como sendo extenso e bastante iluminado, sem necessidades de intervenções estruturais ao longo dos anos, devido à manutenção anual que é feita.

“O processo participativo é muito importante para o ajuste das propostas. Esse diálogo, este mais rico conhecimento dos problemas arquitetónicos tem, evidentemente, uma função didática e de atividade cívica indubitavelmente vantajosa.”

Siza Vieira

Capítulo 4. O Contexto Nacional

4.1. A Experiência Participativa Portuguesa

Nascido da Revolução do 25 de Abril de 1974, o SAAL foi um projeto pioneiro no contexto europeu, que propunha a formação de grupos de arquitetos que, em colaboração com as populações, tinham como objetivo colmatar as necessidades habitacionais das comunidades desfavorecidas em todo o país.

Este grupo reinventou a prática da arquitetura, projetando e construindo com os moradores, envolvendo mais de 40.000 famílias de Norte a Sul, num total de 170 projetos concluídos nos seus 26 meses de existência.

Tendo como base o Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal iniciado em 1949 - também este um processo colaborativo com o contributo das populações, que revelou a falta de condições mínimas de habitação e a insalubridade destes bairros - o processo participativo no SAAL deu-se desde a recolha de necessidades e discussão de problemas, à crítica de propostas e experimentações, até chegar à participação na própria construção das habitações, sendo conduzido de formas e intensidades diferentes consoante o contexto social e cultural dos moradores.

Aqui o conhecimento do arquiteto era respeitado e estes não se submetiam ao que os habitantes diziam, utilizando o seu input para gerar uma discussão informada.

“(..) a brigada não adota posições simplistas do tipo ‘aprender com o povo’ ou ‘ensinar o povo’ – intervém, com a sua capacidade técnica, aceitando e criticando as circunstâncias da sua própria formação e aderindo totalmente ao objetivo de que o controle das zonas degradadas deverá caber às populações que as habitam, no sentido da sua apropriação e recuperação; controle que, à partida, deverá necessariamente ser alargado à própria cidade e à sua envolvente (...)”

Venezia 1983

Atualmente, a marca do SAAL continua a ser visível e a definir a malha espacial e social das cidades e dos bairros intervencionados, convidando à reflexão sobre os processos coletivos geradores de transformação social.

“...um reconhecimento tão grande fez com que, depois de 30 anos a manter e a alindar as suas casas, os habitantes ainda tivessem a felicidade de, orgulhosos, as mostrar ao mundo.”

Silvano 2009

Apesar destas experiências positivas, continuamos a ter dificuldade em lidar com os problemas habitacionais e com a formação de bairros de lata nas periferias das nossas cidades. A ausência de políticas de habitação eficazes após o início do período democrático, resultou na construção de bairros informais com a chegada de novas vagas de imigração a Portugal.

4.2. A Imigração em Portugal

Com a democratização, e finalizada a guerra colonial, massas imigrantes dos PALOP e retornados vieram para o território nacional instalando-se em bairros de lata nas periferias. No período de 1975 a 1980 a população estrangeira passou de 32.000 pessoas para 58.000 pessoas, verificando-se um aumento exponencial na imigração (Padilla & Ortiz 2012).

A segunda vaga viria em 1986, no momento de adesão de Portugal à União Europeia, em que vieram remessas de fundos monetários nos anos posteriores para os planos de modernização das cidades portuguesas, atraindo principalmente comunidades massivas da Europa de Leste e do Brasil.

Em 1993, o programa de habitação pública PER (Programa Especial de Realojamento) pretendia erradicar os bairros de lata, descrevendo-os como 'feridas sociais', ligando-os à pobreza, marginalidade e atividades ilegais, e adotando o modelo francês dos 'grand ensembles', fechando massivamente comunidades imigrantes desenraizadas em blocos habitacionais nas periferias, ignorando a singularidade e práticas culturais destas populações (Lages & Braga 2016:2).

“Os municípios tendem a não juntar os realojados com os outros residentes. Poderiam fazê-lo, mas optam por colocá-los separados em áreas distantes e isoladas, sem rede pública de transportes. Esta situação não agrada às pessoas. Um dos erros dos bairros de habitação social é a ausência de equipamentos e de lojas no seu interior; não existe um centro. As pessoas são colocadas em caixas e então tudo explode, abusam do espaço... o que fortalece o conflito.”

SOLIM 2011

Este tipo de ações resultam naturalmente num prolongamento dos problemas e em mais custos a longo prazo, culminando na exclusão social e segregação destas populações.

Os técnicos de planeamento ainda suportam frequentemente a ideia de que nestes bairros nenhum conhecimento válido pode ser encontrado ou que a população é menos interessada ou menos capacitada para participar na resolução do seu próprio problema habitacional.

É ainda de referir os fluxos que chegaram do continente asiático, reforçados por novos acordos comerciais, no final do século XX e início do século XXI, vindos da China, Índia, Paquistão e Bangladesh.

Em síntese, a primeira década do presente século caracteriza-se por um crescimento sustentado da comunidade estrangeira residente no país, tendo este crescimento sido quebrado no ano de referência

de 2005. Este fenómeno está associado à ocorrência simultânea de diversos fatores, designadamente, o aumento dos casos de atribuição de nacionalidade portuguesa, a crise económica que Portugal enfrenta, bem como a alteração dos processos migratórios em alguns países de origem (SEF 2011:17).

Existe uma relação íntima entre os fluxos migratórios e a sua regulação por parte do Estado, sendo o mercado de trabalho o elemento catalisador. Em Portugal a legislação para a imigração tem tendência para ser reativa e não proativa, surgindo como uma consequência destes fenómenos e não como planeamento ou prevenção dos mesmos. Ainda assim, a resposta portuguesa aos desafios da migração é tendencialmente humanitária, conciliando as necessidades do mercado de trabalho com as exigências europeias. Torna-se no entanto necessário aplicar medidas que tendam a reduzir a discriminação e a segregação racial e étnica.

No Relatório das Migrações de 2015, elaborado pelo SEF, totalizam-se 388.731 cidadãos estrangeiros titulares de uma autorização de residência em Portugal. Verifica-se uma redução da representatividade da população estrangeira oriunda dos PALOP, que é atualmente de 43.5% do total e destaca-se também a nacionalidade brasileira com 21.2%. Mantém-se a tendência da paridade com a reunião familiar nos últimos anos, com a população imigrante feminina a representar 51.5% do total e a masculina 48.5% do total. Destes, cerca de 83% estão em idade ativa. Quanto à distribuição geográfica atual dos imigrantes pelo território nacional, a incidência maior é no distrito de Lisboa (69.1%), seguida por Faro e Setúbal (SEF & GEPF 2016:13-14).

Verifica-se também um aprofundamento da crise migratória na Europa, com fluxos massivos de refugiados a atravessarem o mediterrâneo para chegar à UE. A resposta nacional incidiu essencialmente na colaboração e apoio em matéria de gestão de fluxos nos países de entrada, Itália e Grécia, e na assunção de responsabilidade de acolhimento de um total de 4.574 requerentes de proteção interna-

cional até Setembro de 2017, chegados maioritariamente de zonas em conflito como a Síria, Iraque, República Centro Africana e Eritreia (SEF & GEPIF 2016:48).

Relativamente aos pedidos de asilo na fronteira, registou-se um acréscimo de 100.4% face ao ano anterior, contando-se 896 pedidos. De assinalar os 281 pedidos feitos por cidadãos africanos, com destaque para o Mali (82), Guiné-Bissau (37), Congo (25), Marrocos (22) e Angola (19). Os 217 pedidos de cidadãos de origem asiática são representados maioritariamente por cidadãos da China (75), Paquistão (63), Síria (16) e Iraque (16) (SEF & GEPIF 2016:41).

A mediatização que esta crise está a ter no território nacional, através dos meios de comunicação, que se referem ao fenómeno como uma ‘invasão’, está totalmente desproporcional à realidade, tendo Portugal enfrentado números muito maiores em vagas de imigração anteriores, como os 600.000 retornados dos PALOP ou a vaga imigratória de Leste e do Brasil no final dos anos noventa, contabilizando-se na altura 150.000 imigrantes legalizados.

Portugal não estava preparado para estas crises bastante mais relevantes em termos numéricos no entanto, devido ao vazio legal relativo às imigrações na época, a resposta não foi repressiva e as associações fizeram os possíveis para integrar estas comunidades e torná-las autónomas, o que se conseguiu devido primordialmente ao dinâmico mercado de trabalho que Portugal tinha na altura. Ao nível da habitação, foi mais difícil alojar estas populações e as soluções passaram por ajudas privadas de alojamento até que lentamente estas pessoas se autonomizaram procurando habitação própria, muitas vezes em bairros informais e em unidades sobrelotadas (Rodrigues 2015).

“As modalidades de sobrelotação parecem assumir distintas formas: no caso dos cidadãos dos PALOP (...) a sobrelotação deve-se, em grande medida, à grande dimensão das famílias, frequentemente adotando uma lógica de família extensa, ou à partilha de alojamento por mais do que uma família. Já no caso dos grupos migratórios mais recentes (europeus de leste, paquistaneses, chineses e guineenses), a sobrelotação é frequentemente resultado da coabitação de grupos de elementos do sexo masculino que não têm, necessariamente, laços familiares entre si. Apesar disto, a recente tendência de reunificação familiar no seio de alguns destes grupos irá requerer reajustamentos habitacionais que representarão novos desafios para estas famílias.”

Malheiros & Fonseca 2011:97

4.3. A Resposta Portuguesa à Crise dos Refugiados

Para os requerentes de estatuto de refugiado que chegam às fronteiras nacionais, foi inaugurado em 2006 o Centro para Refugiados na Bobadela, com capacidade para alojar 50 pessoas. Atualmente abriga 80 pessoas. Em 2012 foi inaugurado em Lisboa o CACR (Centro de Acolhimento para Crianças Refugiadas), com capacidade para a receção de 14 menores, acolhendo atualmente 20. Nestes centros são dados apoios a nível jurídico, social, psicológico e de saúde (Frecheaut 2015).

Dado que a capacidade destes centros já excedeu em muito a sua lotação, a alternativa para os requerentes que chegam neste momento é um alojamento organizado próximo do Centro para Refugiados com os custos cobertos pelo Centro. Este alojamento é temporário enquanto o requerente aguarda uma resposta para a obtenção de residência.

Se a resposta for positiva os apoios são provenientes da Segurança Social. Se a resposta for negativa, os requerentes são apoiados pela Santa Casa da Misericórdia enquanto aguardam resposta a um recurso.

Para lidar com a crise atual e com a receção de 4.574 requerentes de proteção internacional que já chegam ao território nacional com o estatuto de refugiado, estão a ser acionados apoios através das autarquias em associação com instituições de solidariedade, que fizeram uma análise de recursos e imóveis disponíveis para cederem aos refugiados, por um período máximo de 18 meses. Os protocolos de financiamento são discutidos com o SEF.

As famílias de refugiados que já chegaram a território nacional têm sido distribuídas pelas autarquias que tomaram a iniciativa de cedência de habitação, devendo no entanto a sua inserção nos territórios ser pensada de modo a cumprir as premissas anteriormente estudadas, como o acesso a serviços urbanos e redes de suporte étnicas. Nesta fase de integração, é igualmente importante o acesso a um alojamento autónomo e a um apoio do Estado relativamente à aprendizagem do português, ao acesso à educação, a serviços de saúde e ao mercado de trabalho.

A localização destes alojamentos é fundamental para o funcionamento do processo de integração destas pessoas. A habitação deve aqui funcionar como uma plataforma de acesso à cidade, aos seus bens e serviços.

A distribuição das famílias que chegaram até agora (450 pessoas) está a ser feita consoante a disponibilidade das autarquias e não tendo em conta os princípios de integração através de redes de suporte familiares ou contemplando este acesso à cidade, o que resulta na distribuição de poucas famílias pelos concelhos, muitas vezes em espaços isolados.

Há ganhos visíveis se estas minorias forem bem distribuídas. Neste caso existe menos suporte por parte de compatriotas e, inevitavelmente mais interação com os nativos, o que deverá facilitar a integração. Idealmente, este tipo de ação também melhorará a atitude por parte dos cidadãos locais para com os imigrantes. Estudos empíricos mostram claramente que o contacto interétnico evoca simpatia para com a minoria e reduz a discriminação.

Capítulo 5. Diagnóstico Participativo ao Problema da Habitação para Imigrantes em Portugal

Os imigrantes apresentam um padrão de mobilidade na procura de residência que acompanha as dinâmicas demográficas e o crescimento da área, seguindo processos de suburbanização e crescimento urbano periférico. Apesar desta evolução, os bairros históricos em torno do centro, como o bairro da Mouraria por exemplo, ainda funcionam como uma plataforma de acolhimento temporário para muitos dos imigrantes recém-chegados, principalmente entre as comunidades mais pequenas.

O seguinte estudo é baseado em 50 inquéritos feitos a imigrantes que procuraram apoio burocrático junto da associação Solidariedade Imigrante sediada na Rua da Madalena, em Lisboa. Os inquéritos foram feitos durante o mês de Maio de 2016.

Este modelo de inquérito (anexo A) tem a pretensão de perceber se de facto existem diferentes modos de habitar o espaço doméstico nas diferentes culturas. Pretende também entender o nível de integração de imigrantes que já se encontram em território nacional há um tempo considerável, os seus problemas habitacionais e as suas preferências espaciais.

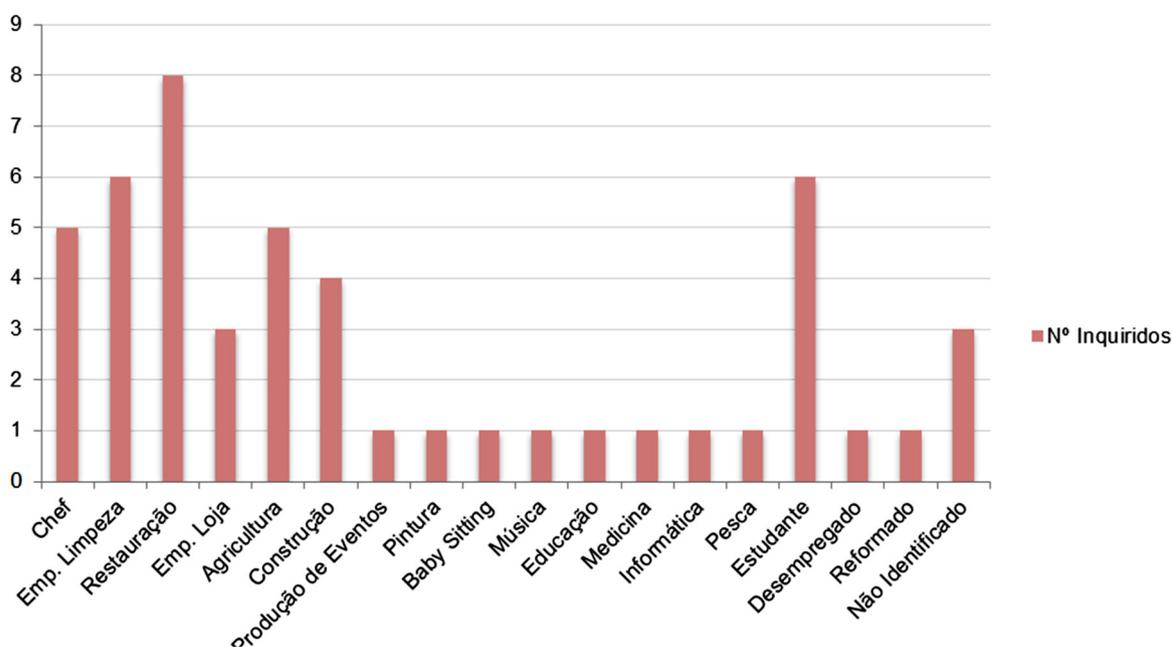
Existe uma divisão no inquérito para posterior comparação, relativamente ao espaço habitacional no país de origem e em Portugal. Os resultados foram muito ricos devido à vasta amostra de nacionalidades inquiridas não obstante, é de referir que os resultados têm limitações, nomeadamente a nível de interpretação de desenhos e da comunicação escrita.

O inquérito foi feito com perguntas fechadas ou de resposta direta, traduzido em língua inglesa e francesa, mas contém também uma parte de desenho da organização espacial das habitações dos imigrantes, em Portugal e no país de origem, susceptível de alguma subjetividade, mas sujeita a uma

interpretação dos desenhos da forma mais clara possível.

As questões iniciais têm como objetivo recolher informação etária, demográfica e profissional da amostra. Os inquiridos têm idades compreendidas entre 20 e 62 anos.

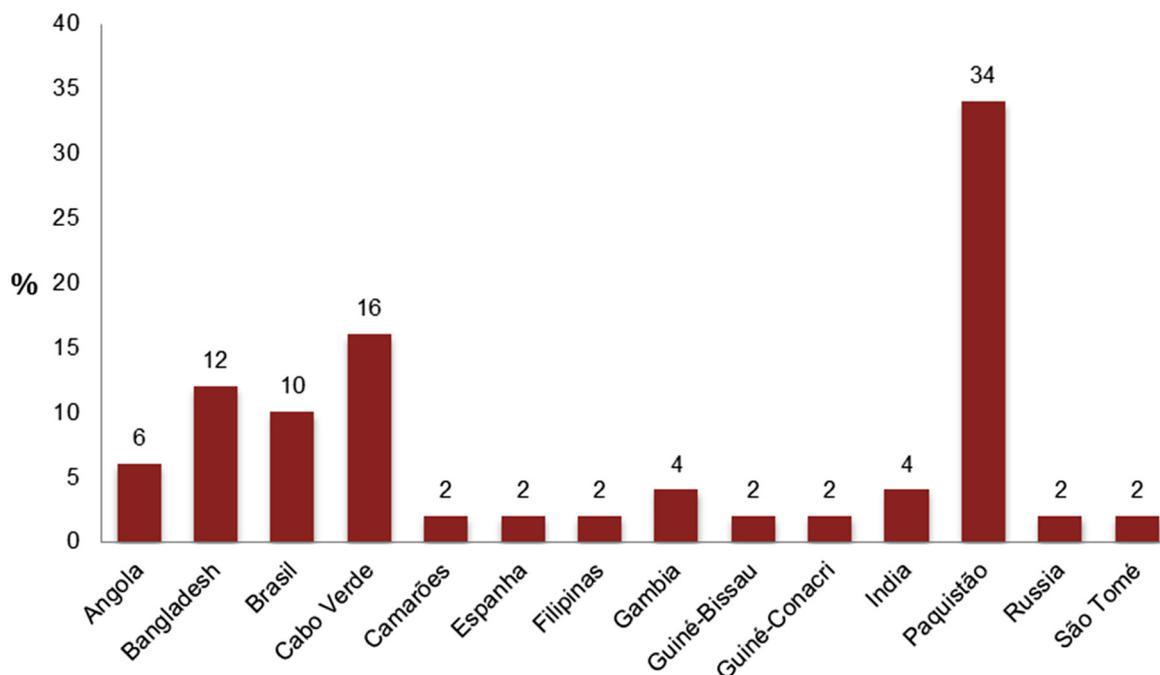
Fig. 5.1 - Ocupação Profissional dos Inquiridos em Portugal



A nível da sua ocupação profissional em Portugal, o gráfico demonstra que a grande maioria das pessoas se encontra na idade ativa e a exercer a sua atividade profissional, sendo que seis dos participantes ainda se encontram a estudar. É notável que as profissões mais exercidas estão relacionadas com a restauração em negócios locais étnicos. Atividades relacionadas com limpezas são exercidas

por 6 pessoas do sexo feminino, oriundas dos PALOP e do Brasil. Atividades relacionadas com a agricultura e construção também têm uma representatividade grande nesta amostra.

Fig. 5.2 - Origem dos Inquiridos



No que toca à origem das pessoas inquiridas, a nacionalidade mais representada é o Paquistão com 34% do total, seguida de Cabo Verde (16%), Bangladesh (12%), Brasil (10%) e Angola (6%). Os restantes países menos figurados são a Gâmbia (4%), Índia (4%), Camarões (2%), Espanha (2%), Filipinas (2%), Guiné-Bissau (2%), Guiné-Conacri (2%), Rússia (2%) e São Tomé e Príncipe (2%).

A parte seguinte pedia às pessoas para desenharem a planta da sua casa no país de origem e em

Portugal, com os espaços devidamente identificados. A partir dos desenhos foi possível compreender a organização espacial das habitações, o número de divisões públicas e privadas e se a habitação proporcionava algum espaço exterior.

O gráfico seguinte analisa comparativamente a média do número de divisões privadas de cada nacionalidade, na habitação em Portugal e no país de origem. Por divisões privadas entende-se quartos e instalações sanitárias.

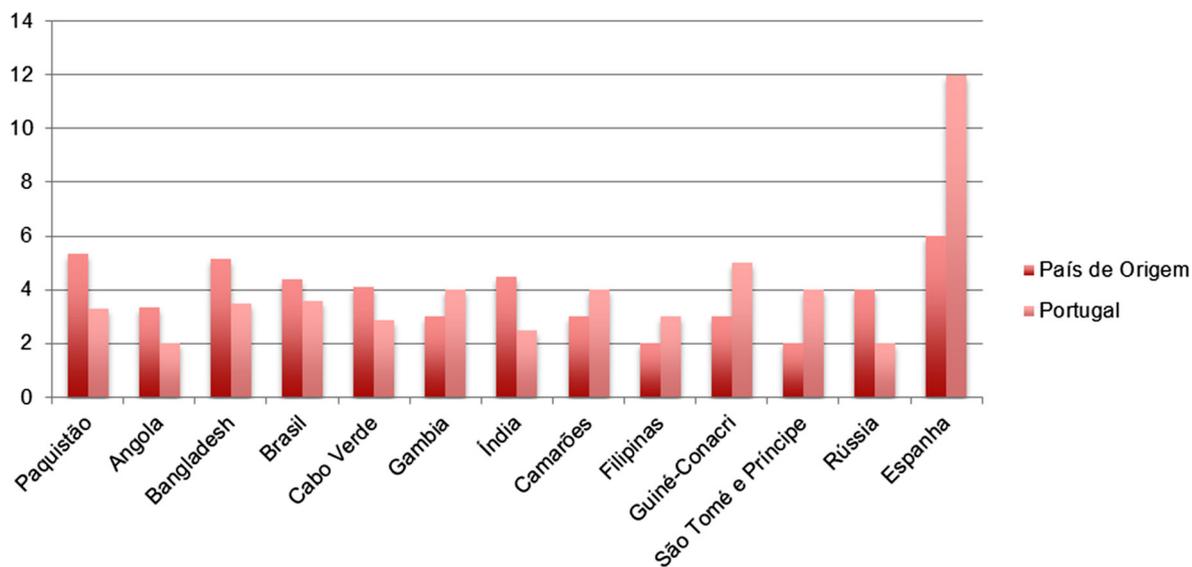


Fig. 5.3 - Número de Divisões Privadas (média)

Através do gráfico pode ser observado que todas as nacionalidades mais representadas (Paquistão, Cabo Verde, Bangladesh, Brasil e Angola) têm um maior número de divisões privadas no país de

origem do que em Portugal. Por meio de conversas com os inquiridos foi possível perceber que isto se deve ao facto de pertencerem a famílias numerosas que coabitam no país de origem.

De notar que as restantes nacionalidades menos presentes, provenientes maioritariamente de países africanos, apresentam um número de divisões privadas maior na habitação em Portugal, o que pode ser revelador de falta de estruturas de habitação no país de origem ou por pertencerem a famílias menos numerosas, tendo uma média de um a dois quartos no país de origem. O valor acentuado no caso do inquirido espanhol deve-se ao facto de ser estudante e habitar numa residência em conjunto com outros estudantes.

Uma pergunta colocada no inquérito, que é muito pertinente comparar com o número de divisões privadas em Portugal, é o número de pessoas que coabitam nesta morada em Portugal. Ao número de divisões privadas em Portugal foi retirada uma, considerada a instalação sanitária, imprescindível à habitação, considerando que todas as unidades habitacionais em Portugal estão munidas desta estrutura básica. O objetivo é analisar a lotação nestas habitações.

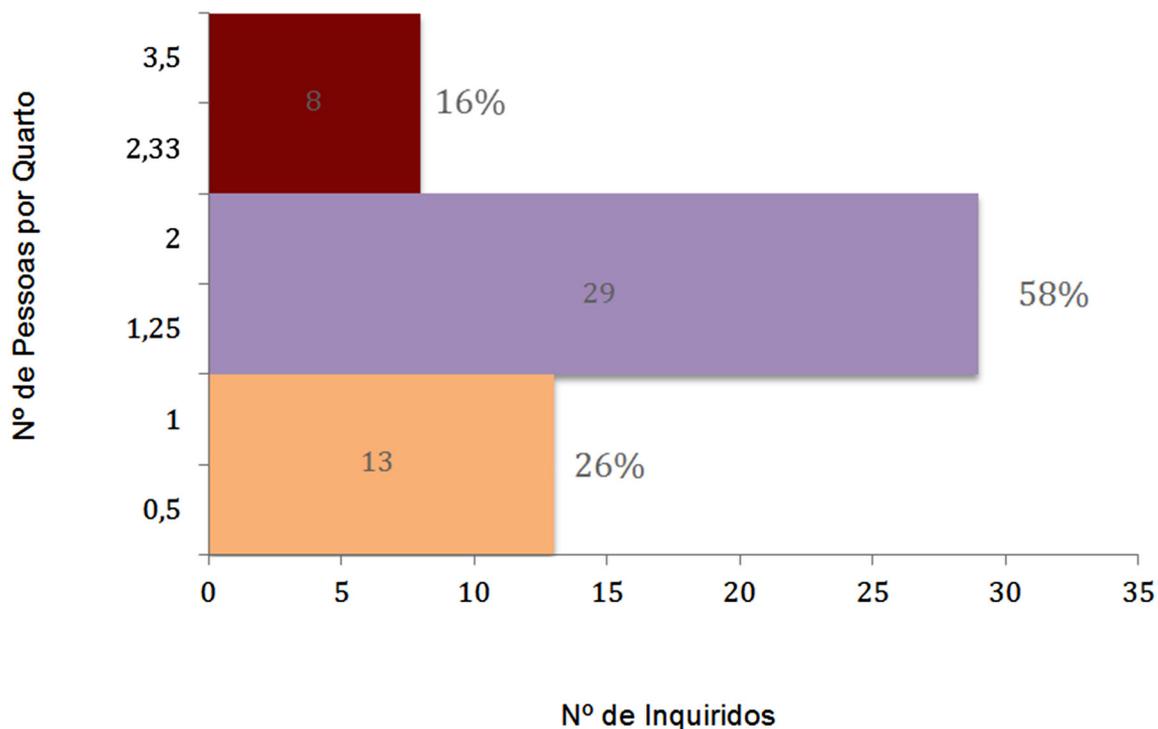


Fig. 5.4 - Lotação da Habitação em Portugal

Foi considerada como lotação ideal uma pessoa por divisão privada e sobrelotação os casos que excediam duas pessoas por divisão privada. Os resultados mostram que 16% inquiridos vivem em condições graves de sobrelotação com valores até 3,50 pessoas por divisão privada. 26% inquiridos vivem em situação ideal de privacidade e 58% dos inquiridos partilha o seu espaço pessoal com outra pessoa, o que pode ser uma escolha, no caso de se tratarem de casais.

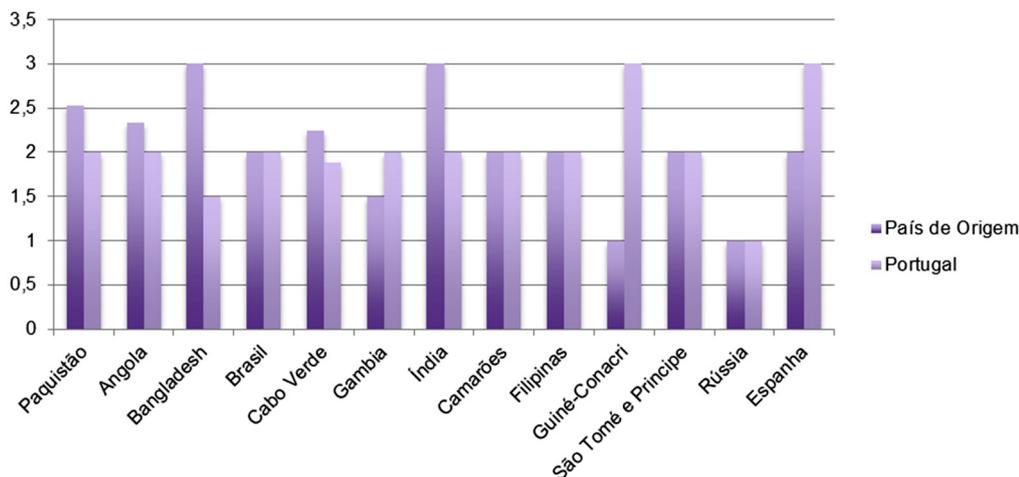


Fig. 5.5 - Número de Divisões Públicas (média)

Em relação à quantidade de divisões públicas (Cozinha, Sala e Quintal) nota-se que o número médio varia entre 2 e 3 na globalidade dos casos.

Na análise no país de origem é de referir que a média de 3 divisões públicas saliente no caso dos inquiridos do Bangladesh e da Índia é justificado pelo apontamento de um espaço exterior social no desenho. Os valores baixos (menos de 2 divisões públicas) das pessoas provenientes da Gambia, da Guiné-Conacri e da Rússia podem indicar a falta de espaço social ou de estrutura básica para cozinhar, não sendo os dados e a amostra suficiente para se retirar uma conclusão.

No que diz respeito às divisões públicas em Portugal, pode concluir-se que a maioria das nacionalidades tem um acesso estável a duas divisões sociais por habitação.

O gráfico seguinte analisa a média do número total de divisões e pretende entender a dimensão relativa das habitações no país de origem comparada com a dimensão relativa da habitação em Portugal.

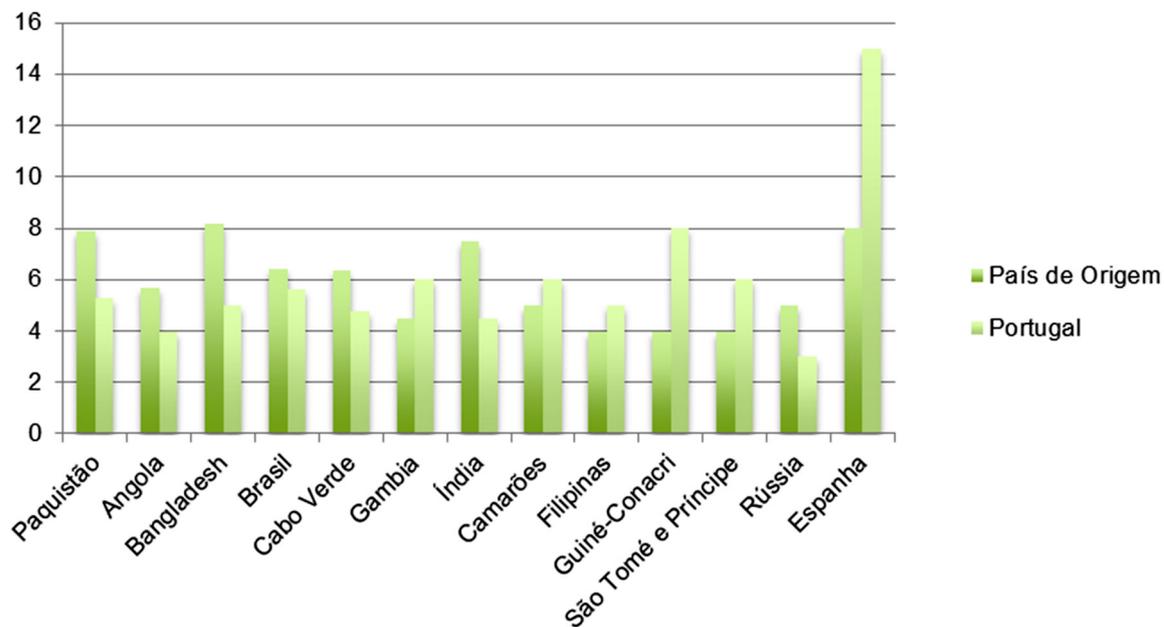


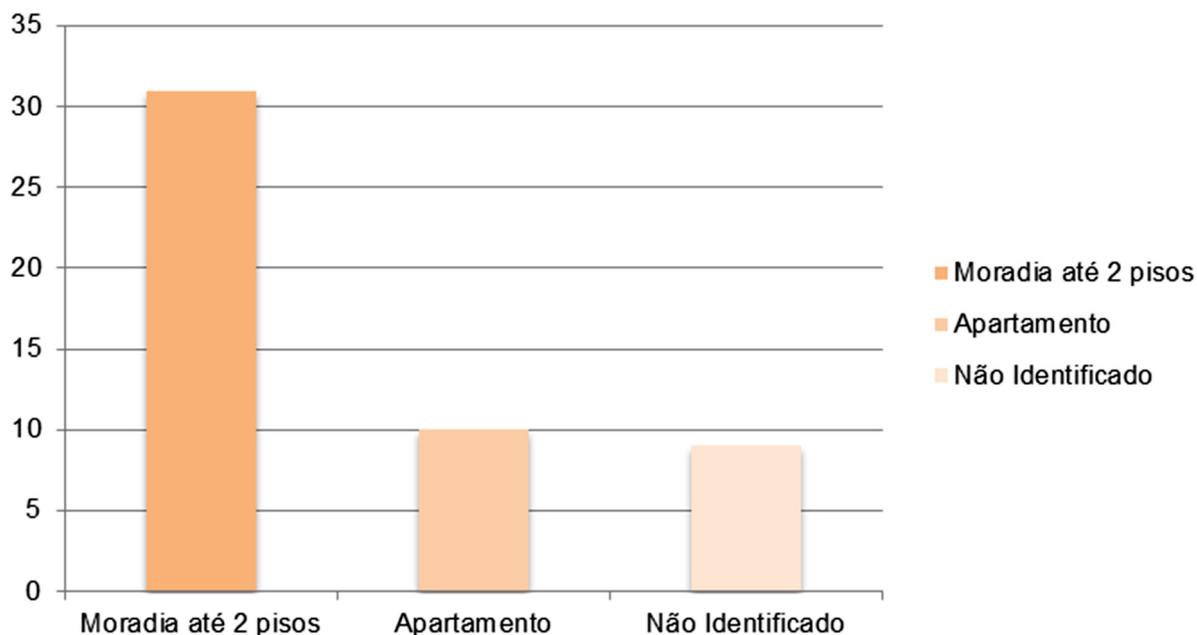
Fig. 5.6 - Número Total de Divisões (média)

Pode concluir-se que as nacionalidades com a amostra mais representativa (Paquistão, Cabo Verde, Bangladesh, Brasil e Angola) têm por norma habitações com mais divisões no seu país de origem. Por intermédio de conversas com os imigrantes pode supor-se que isto muitas vezes se deve ao número grande de familiares que coabitam na mesma morada. De notar a grande amplitude de valores nas respostas de nacionais do Paquistão, o que indica uma desigualdade nas respostas relativas ao número total de divisões.

As nacionalidades que encontraram habitação com mais divisões em Portugal do que no país de origem foram a Gâmbia, Camarões, Filipinas, Guiné-Conacri, São Tomé e Príncipe e Espanha, o que revela no geral uma melhoria da estrutura habitacional na situação atual.

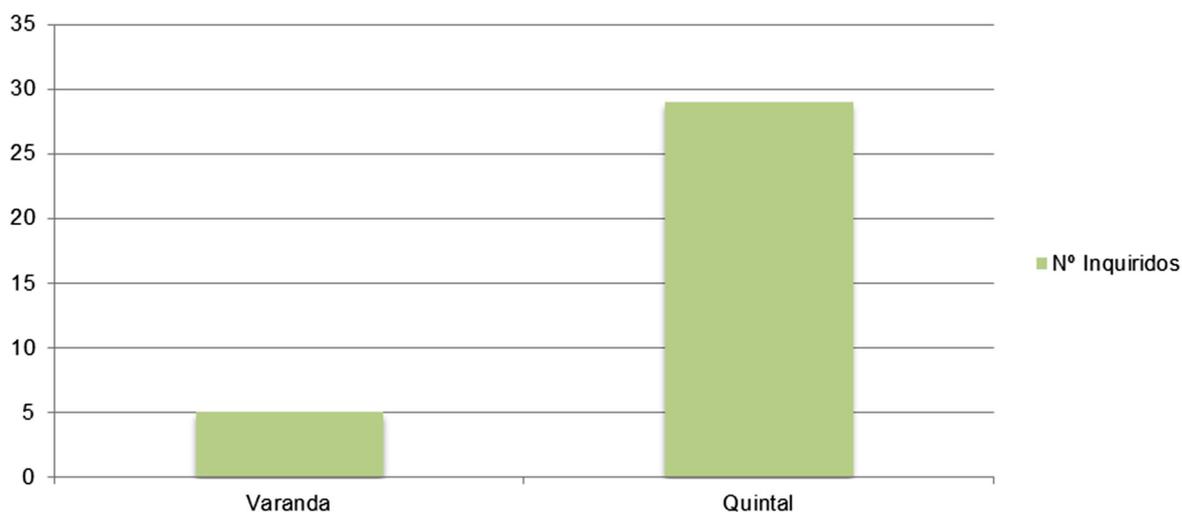
Conclui-se que os países asiáticos da amostra (Paquistão, Bangladesh e Índia) são os que têm mais divisões no país de origem, com um número médio entre 7 e 8 divisões. No inquérito é também reservado um espaço para o desenho da fachada da habitação no país de origem, numa tentativa de perceber que tipo de habitação os inquiridos estão habituados a habitar e quantos pisos tem o edifício que habitam. Clarificando os desenhos conseguiu gerar-se o seguinte gráfico:

Fig. 5.7 - Tipo de Habitação no País de Origem



Pode concluir-se que 31 dos 50 inquiridos (62%) habitava numa moradia, podendo indicar que grande parte das pessoas deste grupo provém de uma zona rural. É de sublinhar os apontamentos desenhados de espaços exteriores referidos como varandas (no caso de apartamentos) ou quintais (no caso de moradias), muitas vezes acompanhado de elementos vegetais ou agrícolas nos desenhos tanto em planta como em alçado, sendo notável esta referência tão frequente.

Fig. 5.8 - Espaços Exteriores na Habitação no País de Origem



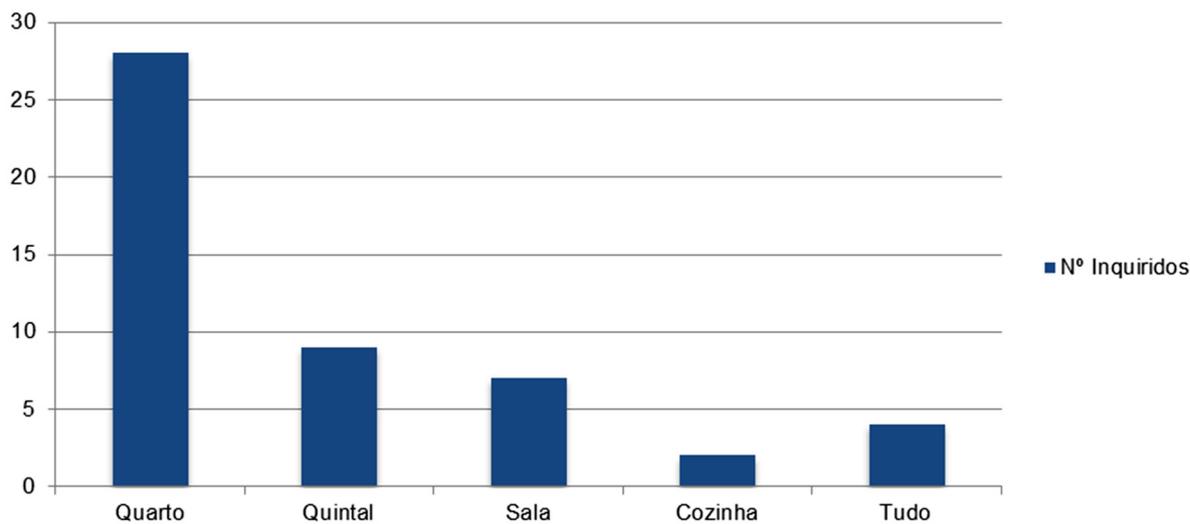
Da análise dos desenhos pode concluir-se que 58% dos inquiridos fizeram referência nos seus desenhos a um quintal no país de origem e 10% dos inquiridos referiram que tinham varandas na habitação no país de origem.

Outra questão colocada no inquérito foi referente à materialidade da habitação no país de origem. Não podem ser retirados dados conclusivos acerca das respostas dadas porque os inquiridos raramente

estavam seguros da veracidade da resposta dada e houve pouca clareza da parte da pergunta porque não definia se tratava de um material estrutural ou de revestimento. Ainda assim, quase a totalidade das respostas aponta para construções em alvenaria de tijolo ou betão armado, sendo algumas respostas (8%) indicadoras de construção em taipa ou adobes, não sendo identificado no entanto um sistema construtivo tradicional aplicado a uma nacionalidade específica.

A questão a seguir colocada acerca do espaço preferido no país de origem procurava identificar um padrão de preferências espaciais por nacionalidade.

Fig. 5.9 - Espaço Preferido na Habitação no País de Origem



No gráfico que junta todas as nacionalidades nota-se uma tendência geral dos imigrantes para valorizar o seu espaço privado pessoal, o 'Quarto', com uma presença de 56% do total. O 'Quintal', espaço social exterior, vem representado de seguida com 18%. A 'Sala', espaço social interior corresponde a 14%

das respostas. De referir que as 2 respostas dadas como 'Cozinha' são de inquiridas do sexo feminino. As restantes respostas assumiram 'Tudo' como sendo o seu espaço preferido (8%), o que demonstra a ligação emotiva com a habitação no seu país de origem.

Fig. 6.0 - Espaço Preferido P.O. - Paquistão



Fig. 6.1 - Espaço Preferido P.O. - Angola



Fig. 6.2 - Espaço Preferido P.O. - Bangladesh

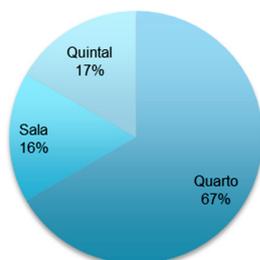
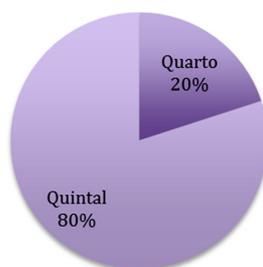


Fig. 6.3 - Espaço Preferido P.O. - Cabo Verde



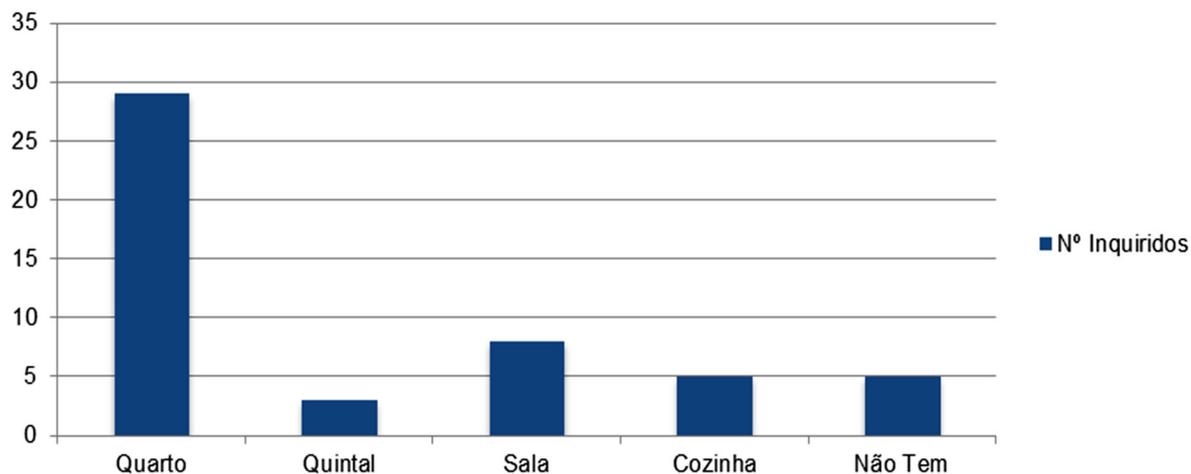
Fig. 6.4 - Espaço Preferido P.O. - Brasil



Analisando as principais nacionalidades individualmente a nível de preferências do espaço, nota-se no Paquistão uma incidência maior na divisão 'Quarto'. No Brasil é notável que a maioria das respostas se foca na resposta 'Quintal'. Em Angola, a divisão 'Sala' é a mais presente na contagem. No Bangladesh é o 'Quarto' e em Cabo Verde as respostas dividem-se entre 'Cozinha', 'Sala' e 'Tudo'.

Pode concluir-se que as nacionalidades asiáticas principalmente representadas (Paquistão e Bangladesh) valorizam primeiramente o espaço pessoal privado, apesar de ser possível perceber-se que são estes os nacionais que maioritariamente vivem em condições de sobrelotação. Os países africanos mais representados (Angola e Cabo Verde) valorizam ambos o espaço social interior 'Sala' e o Brasil valoriza preferencialmente o espaço social exterior.

Fig. 6.5 - Espaço Preferido na Habitação em Portugal



Quanto ao espaço preferido em Portugal, na análise a todas as nacionalidades, a presença do espaço pessoal privado ('Quarto') continua maioritária, com 58% das respostas. Seguido da 'Sala' (16%), 'Cozinha' (10%) e a mesma percentagem para a resposta 'Não Tem', o que indica uma desconexão por parte destes indivíduos com o espaço habitacional em Portugal. O espaço exterior social ('Quintal') é o último representado com 6%, podendo indicar a falta deste espaço na habitação, dado também concluído através da interpretação do desenho da planta da habitação em Portugal.

Fig. 6.6 - Espaço Preferido Pt - Paquistão



Fig. 6.7 - Espaço Preferido Pt - Angola

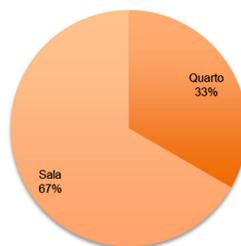


Fig. 6.8 - Espaço Preferido Pt - Bangladesh

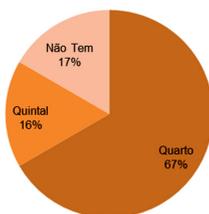


Fig. 6.9 - Espaço Preferido Pt - Cabo Verde

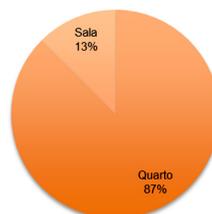


Fig. 7.0 - Espaço Preferido Pt - Brasil



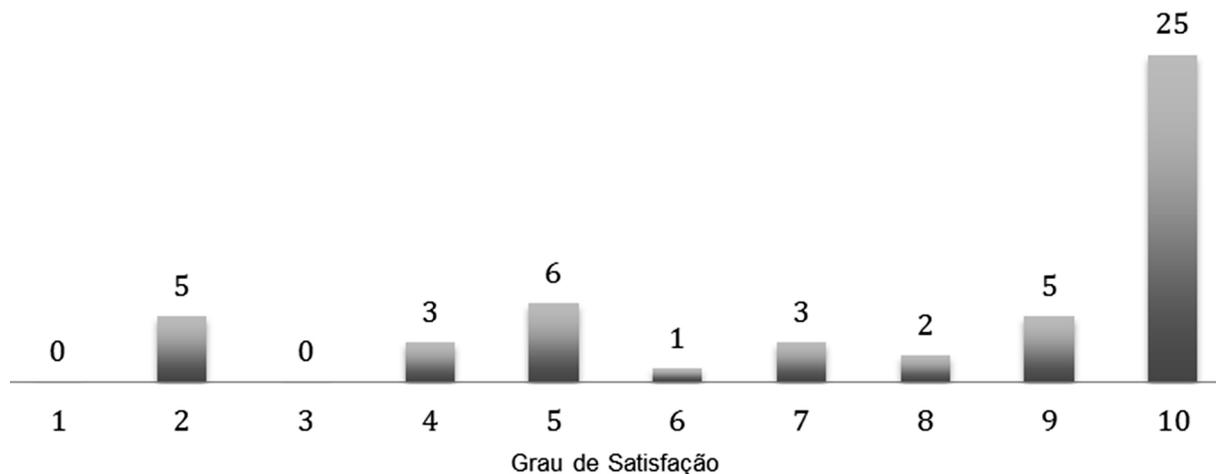
Analisando as respostas das principais nacionalidades sobre as preferências espaciais na habitação em Portugal, nota-se mais uma vez a escolha do espaço individual privado (47%) por parte de nacionais do Paquistão, seguido da resposta emocionalmente desligada 'Não Tem' com 23% e do espaço 'Cozinha' com 18% do total de respostas.

No Bangladesh nota-se também mais uma vez a primazia do espaço 'Quarto'. Este é também o espaço mais contabilizado nas respostas de pessoas do Brasil e Cabo Verde. No que se refere a nacionais da Angola é preferido o espaço social interior, 'Sala'.

Nota-se aqui uma tendência geral para a apreciação do espaço interior em Portugal, com 4 das 5 nacionalidades principais a priorizarem o 'Quarto' como resposta. Coloca-se a questão se os espaços sociais destas habitações estão presentes como tal ou se estão bem desenhados, não permitindo os dados recolhidos chegar a uma conclusão.

A última questão colocada no inquérito, de resposta fechada, refere-se ao grau de satisfação do inquirido relativamente à habitação no país de origem e à habitação em Portugal, numa escala de 1 a 10, sendo 10 o grau mais satisfatório.

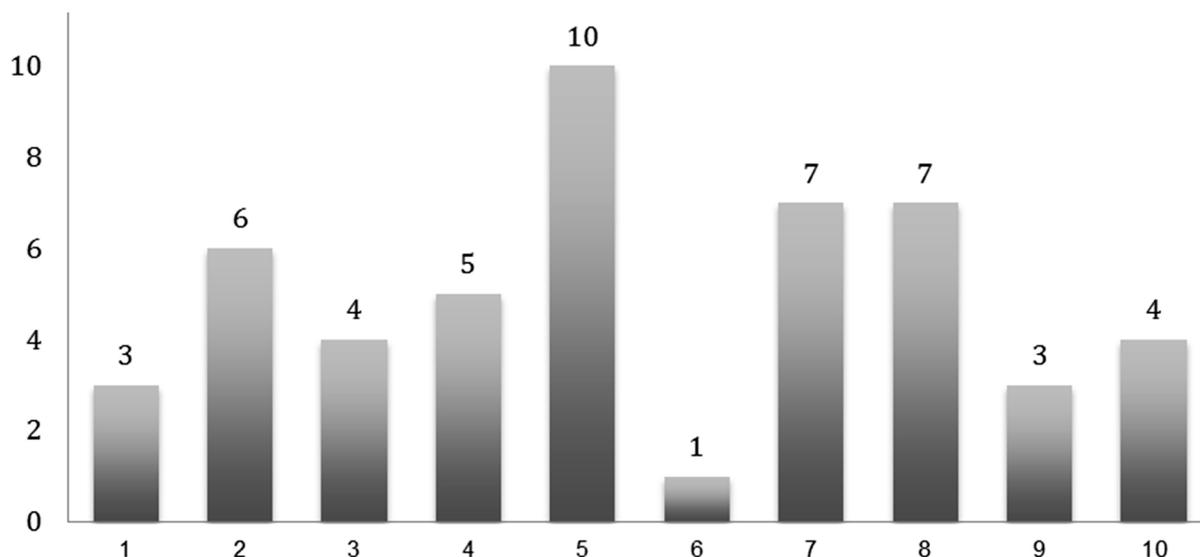
Fig. 7.1 - Grau de Satisfação com a Habitação no País de Origem



No que respeita o grau de satisfação no país de origem, é notável a incidência do gráfico para o valor '10', com 50% das respostas, indicando uma forte ligação emocional com esta habitação, muitas vezes relacionada com os laços familiares aí estabelecidos e com as memórias da vivência destes espaços.

A tendência geral do gráfico são respostas acima do valor médio '5', sendo a média da amostra de respostas é de 7.8 e a mediana é de 9.5, o que permite uma melhor compreensão dos resultados, indicando que a grande maioria dos imigrantes estava satisfeito com a sua habitação no país de origem. As respostas dadas com valores abaixo de '5' representam 16% do total e são maioritariamente dadas por cidadãos de países africanos, onde as condições mínimas de habitação (fornecimento de água, eletricidade, gás e saneamento básico) não eram cumpridas.

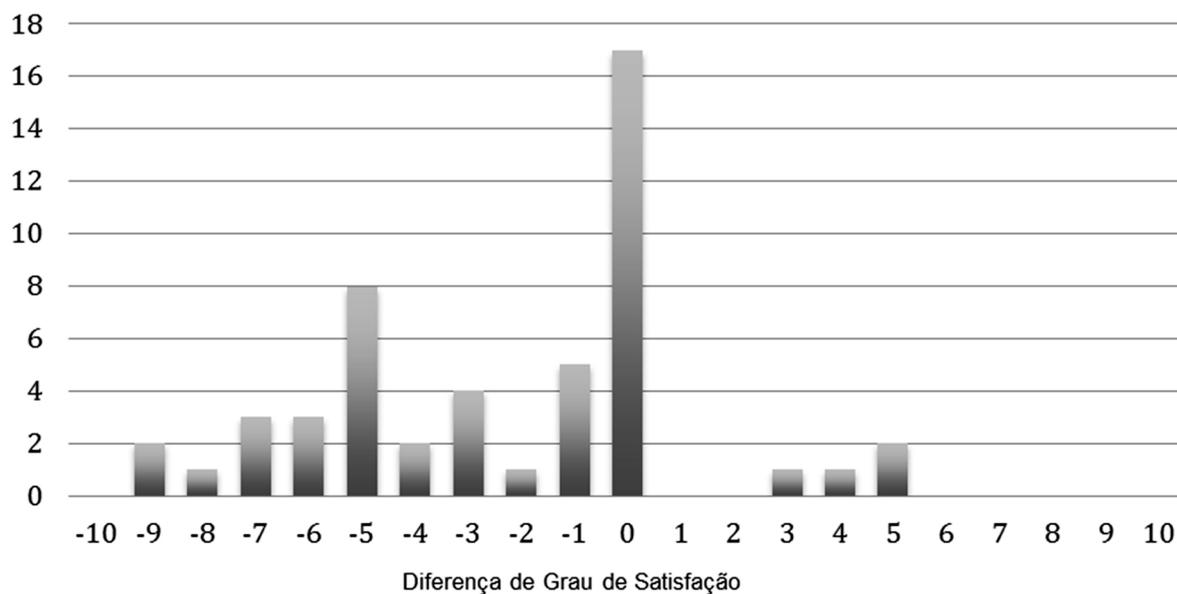
Fig. 7.2 - Grau de Satisfação com a Habitação em Portugal



Ao analisar o gráfico do grau de satisfação com a habitação em Portugal nota-se uma incidência principal no valor de média de 5.5, sendo reforçado por um valor da mediana de 5. Ainda assim, a maior parte dos participantes marcou a parte positiva do gráfico (44%). Não obstante, ao contrário do gráfico anterior, 36% dos inquiridos marcou a parte negativa do gráfico, com 3 pessoas a marcar o valor '1' e 6 pessoas a marcar o valor '2', demonstrando que não estão nada satisfeitos com a habitação em Portugal.

O gráfico seguinte compara e analisa a diferença de grau de satisfação com a habitação entre o país de origem e em Portugal, para entender a que distância estão os valores classificados.

Fig. 7.3 - Diferença de Grau de Satisfação entre a Habitação em P.O. e em PT



Pode concluir-se que em 17 respostas o grau de satisfação foi o mesmo para ambas as habitações, não havendo portanto diferenças na qualidade habitacional entre as duas residências, para estes indivíduos. O seguinte valor mais alto (para 8 pessoas) indica uma diferença de 5 pontos entre ambas as respostas. Notável também a resposta de 2 inquiridos com uma diferença muito significativa de 9 pontos entre as respostas, o que indica que a habitação no país de origem recebeu 10 pontos e que a habitação em Portugal recebeu 1 ponto, sendo aqui muito evidente o descontentamento destes participantes. Apenas 4 pessoas se encontram na parte positiva do gráfico, indicando que valorizam mais a sua habitação em Portugal do que a habitação no país de origem. No geral, a grande maioria dos inquiridos dá mais valor à sua habitação no país de origem.

Notou-se neste processo que para a grande maioria dos inquiridos existe uma grande ligação emocional com memórias da sua habitação na terra natal e da sua família. Na análise dos desenhos e das conversas foram detetadas ligações a elementos arquitetónicos e a elementos decorativos tradicionais (Angola e Bangladesh), podendo deduzir-se que os objetos que estas pessoas trazem consigo têm bastante valor pessoal expositivo na habitação.

A partir dos desenhos em planta é possível perceber que a maioria das habitações nos países de origem organiza-se através de um hall de entrada ou corredor de distribuição para os restantes espaços, existindo muita compartimentação. Existem também casos em que é o espaço de estar mais amplo que faz a distribuição para os restantes espaços. De sublinhar a referência a um espaço próprio para meditação religiosa dentro da habitação (Paquistão).

Ao nível do espaço exterior e envolvente no país de origem, foram feitas referências nas plantas a paisagens específicas (Filipinas, Guiné-Conacri e Gâmbia) e a negócios familiares nas proximidades (Bangladesh). De notar o desenho de estruturas desportivas na envolvente (Espanha e Cabo verde). Como já foi mencionado anteriormente, são muitos os desenhos com a presença de campos agrícolas (Paquistão e Bangladesh) e até espaços para animais (Paquistão). É bem visível que a maioria dos inquiridos estava habituado a habitar ao nível da vizinhança no seu país de origem, tendo a seu cuidado espaços como quintais e jardins.

Em relação à vivência em Portugal, é de sublinhar que foram identificados casos em que o fornecimento básico de água, eletricidade e gás não é feito (Cabo Verde) e em que as condições de sobrelotação são extremas, chegando a coexistir 10 pessoas num espaço tipo estábulo, só com as condições básicas para dormir e cozinhar. Estes casos foram identificados em inquiridos que trabalham em agricultura, maioritariamente provenientes do Paquistão.

Foram também constatados casos em que as condições térmicas da habitação em Portugal são muito fracas (Cabo Verde), com referência também à falta de condições acústicas na habitação (Paquistão).

No geral foi possível perceber que quase todos os imigrantes já encontraram emprego e habitação com condições mínimas, pagando todos os impostos necessários ao Estado, estando apenas à espera de receber os documentos oficiais de residência. Foram encontrados casos em que a espera e a luta burocrática já dura há 5 anos (o SEF oficialmente comunica que estes documentos são dados 3 meses após o indivíduo possuir um contrato de trabalho e pagar todos os impostos), não podendo as pessoas deslocarem-se do país para visitar os seus familiares neste tempo de espera.

Na maioria dos casos não foram criadas ainda as condições para a reunião familiar em Portugal, uma das condições base para a estabilidade emocional e a integração do indivíduo.

Ao nível da habitação é notável que a grande maioria dos inquiridos vivia em habitações maiores e mais compartimentadas no seu país de origem. Em Portugal, é perceptível o descontentamento de pessoas que vivem em situação grave de sobrelotação (mais de um quarto dos inquiridos). Dado que foi concluído que o espaço pessoal privado (Quarto) em Portugal é o mais valorizado para as principais nacionalidades inquiridas, o facto de o partilharem com várias outras pessoas é motivo para descontentamento e eventualmente a formação de conflitos ou mau estar.

Neste estudo foi percebido que existem diferenças culturais ao nível da preferência espacial dentro da habitação no país de origem. Foi notado que os países asiáticos preferem o espaço privado, os oriundos de países africanos preferem espaços sociais interiores e as pessoas vindas do Brasil preferem o espaço exterior. Apesar das constatações, admite-se que, relativamente às preferências espaciais, existe alguma subjetividade associada à complexidade de vontades do ser humano e à limitação

numérica da amostra que pode não ser suficientemente representativa, não sendo possível indicar com segurança um padrão de preferências.

A opinião dos imigrantes em relação à sua habitação natal é muito positiva em geral e depreende-se que esteja associado principalmente a memórias e relações emotivas que estes mantêm no país de origem.

Em relação à habitação em Portugal, a opinião encontra-se bastante dividida, com as respostas a tenderem para serem positivas, ainda que quase metade dos inquiridos não esteja satisfeito com as condições de habitação em território nacional.

Não é possível identificar com este estudo padrões claros de ocupação através de diferenças culturais proeminentes, mas é possível depreender que estes padrões variam não só através de fatores culturais mas também por vontades pessoais próprias, devendo ser proporcionado um espaço flexível e aberto a vários tipos de ocupação/apropriação, mantendo condições qualitativas de habitabilidade, tal como fazem os projetos estudados no capítulo 4 de Siza Vieira e do atelier Elemental.

Capítulo 6. Entrevistas a Refugiados alojados em Lisboa

Os refugiados têm sido distribuídos pelos concelhos portugueses segundo a disponibilidade das autarquias. Os concelhos que se disponibilizaram em receber mais refugiados são Lisboa (67), Sintra (28), Guimarães (24), Penela (20), Albufeira (15), Faro (15), Oeiras (13), Valongo (12), Loures (11), Torres Novas (11), Porto (10) e Vagos (10). Em números mais baixos, outras autarquias concordaram em acolher pessoas refugiadas: Coimbra (9), Nazaré (9), Batalha (8), Alcobaça (8), Santarém (8), Vila Nova de Gaia (8), Castelo Branco (7), Chaves (7), Espinho (7), Évora (6), Fundão (6), Mangualde (6), Vila Verde (6), Vila Viçosa (6), Ourém (5), Miranda do Corvo (5), Cascais (5), Braga (5), São João da Madeira (4), Setúbal (4), Oliveira do Bairro (4), Odemira (4), Montemor-o-Velho (4), Elvas (4), Beja (4), Almada (4), Alenquer (3), Alvito (3), Amarante (3), Arouca (3), Caldas da Rainha (3), Castelo de Paiva (3), Covilhã (3), Ferreira do Zêzere (3), Matosinhos (3), Montijo (3), Nisa (3), Vila Real (3), Vendas Novas (3), Torres Vedras (3), Portimão (3), Olhão (3), Amadora (2), Fafe (2), Lourinhã (2), Mafra (2), Marinha Grande (2), Oliveira de Azeméis (2), Penafiel (2), Santo Tirso (2), Santiago do Cacém (2) e Odivelas (1) (Galrao 2016).

A distribuição de pessoas refugiadas que têm chegado a território nacional deve ser repensada se analisarmos os dados referidos anteriormente, relativamente ao acesso a bens e serviços urbanos, a emprego e a redes de suporte sociais e culturais, que já se provaram extremamente necessárias para a integração destas pessoas.

Em Lisboa, o programa municipal de acolhimento (anexo B) propõe 3 fases distintas - acolhimento, acompanhamento e integração - e promete o apoio no acesso à habitação, saúde, educação, alimentação, vestuário, aprendizagem do português, formação, validação de competências, mercado de trabalho e participação comunitária durante estas fases.

Foram feitas 4 entrevistas (anexo C) a refugiados oriundos da Síria já sediados em Lisboa há 5 meses para perceber se este programa está a ter os efeitos pretendidos ao nível da integração destas pessoas em território nacional. É possível perceber que os percursos e sentimentos destes entrevistados são bastante semelhantes.

As entrevistas decorreram nas Olaias, durante o mês de Outubro de 2016. As questões colocadas estavam traduzidas em língua inglesa, língua francesa e língua árabe, sendo a conversa auxiliada por um tradutor de árabe. As entrevistas foram mantidas como uma conversa informal guiada, não gravada, mas com a transcrição da informação.

Os entrevistados têm idades compreendidas entre 21 e 35 anos, encontrando-se na idade ativa. São todos do sexo masculino. As cidades sírias de onde provêm são Damasco (2) e Aleppo(2). Dos 4 entrevistados, 1 é estudante, 2 têm formação superior nas áreas de informática e marketing e outro é alfaiate.

Quando colocada a questão que pede para descreverem a sua habitação na cidade de origem é possível perceber que todos eles habitavam com a sua família, normalmente formada por muitos elementos (3 a 10). Todos eles habitavam nos centros urbanos, em apartamentos com espaços exteriores grandes (terraços) ou mais moderados (varandas). A distribuição para os espaços privados da casa é sempre feita através de um hall de entrada ou através da sala, normalmente de grande dimensão.

É possível identificar que o tipo de construção em todas as situações é uma alvenaria rebocada e são inseridos elementos decorativos tradicionais.

Relativamente á questão sobre o seu espaço preferido nesta habitação, a resposta foi unânime. A sala, onde normalmente se dá a reunião familiar é o espaço preferido.

Relativamente ao processo de transporte desde o território de origem até à chegada em Portugal, os percursos dos entrevistados foram bastante semelhantes. Partiram da Síria por meio de transporte terrestre até à Turquia onde ficaram em diferentes cidades por alguns meses. Daqui partiram de barco para as ilhas gregas. Quando lhes foi perguntado se o processo foi humanitário, os entrevistados responderam que no geral o processo não foi desumano, no entanto apontam alguma falta de consideração pelas suas vidas, especialmente durante a estadia na Grécia, que teve a duração aproximada de 3 meses. Segundo os relatos, a organização 'Praxis' tomou conta do processo em cooperação com a ONU, e foi dado o acesso a habitação e a €90 mensais para despesas pessoais. Os entrevistados revelam que o processo de distribuição a partir deste ponto foi insensível, não lhes sendo perguntado quais as suas vontades e competências. Referem também a falta de cuidados de saúde, a falta de informação e até episódios de agressividade como um problema neste processo de receção. A partir da Grécia, dois dos entrevistados passaram também por um campo de refugiados na Macedónia por alguns dias em que relatam episódios de violência, resultando na morte de uma criança com bombas de gás e no suicídio de 4 pessoas. A partir daqui chegaram de avião a território nacional em Maio de 2016.

Em Portugal, todos os entrevistados ficaram inicialmente, por um período aproximado de 2 meses num centro de acolhimento na Quinta das Conchas cedido pela associação 'Crescer na Maior'. Esta associação, em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa, forneceu habitação aos refugiados, dividindo-os em grupos pequenos de duas a três pessoas distribuídas por apartamentos T2 e T3 (no caso dos entrevistados) não existindo portanto qualquer grau de sobrelotação nestas habitações.

Os bairros nos quais estes refugiados foram inseridos foram o Alto de São João, as Olaias e Sete Rios.

Quando lhes foi perguntado se gostam do bairro que habitam e se dispõem de todos os bens e serviços que necessitam, as respostas são geralmente positivas, no entanto dois dos quatro entrevistados consideram que os bairros não estão bem servidos de redes de transporte público (Alto de São João e Sete Rios) porque têm que caminhar bastante até chegarem à rede.

Quando lhes foi perguntado se se sentiam identificados com a habitação que lhes foi atribuída, todas as respostas foram positivas, exceto uma, devido ao aparente mau estado da estrutura da habitação, com mau isolamento térmico e acústico, revestimentos descolados e más condições de selagem dos vãos, que permitem a entrada de intempéries.

Ainda assim, os refugiados sentem-se globalmente satisfeitos com as condições da habitação fornecida e sentem que podem realizar todas as atividades que realizavam na habitação no país de origem, com a diferença de que já não se encontram a habitar com a família.

Quanto à avaliação do grau de satisfação com a habitação que lhes foi atribuída, numa escala de 1 a 10 sendo este o mais positivo, os resultados são: 7 (Olaias), 7 (Alto de São João), 6 (Olaias) e 3 (Sete Rios).

Sendo a temperatura média na Síria de 28.6°, todos os entrevistados revelaram ter frio dentro das habitações, referindo no entanto que isto se deve ao facto de não lhes ter sido atribuídos quaisquer elementos básicos para a habitação, como roupa de cama, cobertores ou utensílios de cozinha.

Curiosamente, quando lhes foi perguntado qual o espaço preferido nesta nova habitação, a resposta unânime passa para o espaço privado, o quarto. Pressupõe-se que mais uma vez o facto de anteriormente habitarem com os seus familiares seja um fator de peso nesta resposta, sendo que aqui foram

alojados com pessoas que inicialmente não conhecem, revelando uma preferência pelo seu espaço privado. Coloca-se também a questão de que por vezes os espaços sociais desenhados nas casas portuguesas possam ter características bastante diferentes do espaço social desenhado para estas famílias numerosas no Médio Oriente.

Quando lhes foi perguntado se têm acesso a todos os apoios estatais necessários à sua integração, a resposta é unanimemente negativa. Os refugiados revelam que recebem um valor mensal de €150 para ajudas nas despesas de alimentação e vestuário, durante 18 meses. Têm também acesso a aulas de língua portuguesa uma vez por semana, que revelam insuficientes. Não obstante revelam que não têm qualquer tipo de apoio em cuidados de saúde, acesso a formação e emprego, promoção de atividades comunitárias, e acesso à continuação da educação, para as pessoas que se encontravam a estudar.

A grande quantidade de burocracia, a falta de informação fornecida e o tempo de espera para qualquer tipo de ação foram apontados como grandes problemas geradores de desconfiança para com as organizações envolvidas.

Quando lhes é perguntado se pretendem ficar em território nacional nos próximos anos, os refugiados respondem que se sentem muito seguros em Portugal e que os habitantes são muito amigáveis, no entanto ficam reticentes quanto às suas condições futuras, confessando-se assustados quando, por exemplo, vêem pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa. A sua vontade última é serem independentes e poderem montar as suas vidas em território nacional, mas perguntam-se se não o conseguem fazer nos 18 meses em que têm apoio das organizações, se terão que ficar a morar na rua.

Dos quatro entrevistados, apenas um conseguiu emprego até à data, revelando que assim que tem um contrato de trabalho lhe é retirado o subsídio mensal de €150 e lhe é descontado 30% do seu ordenado

para os fundos da organização.

Quando lhes é perguntado se pensam que facilmente se poderiam integrar na sociedade portuguesa, as respostas são todas positivas se melhores condições de aprendizagem da língua forem disponibilizadas.

Dado este contato pessoal que tive com estes refugiados alojados em Lisboa, posso concluir que se lhes forem dadas as ferramentas linguísticas e os meios para rapidamente atingirem a sua independência, não será de todo problemática a sua integração na sociedade portuguesa.

Conclusão

Apesar do direito à habitação estar contemplado na Constituição portuguesa desde 1976, o papel do Estado na problemática da habitação tem-se centrado na resolução das situações mais graves, assumindo um carácter residual e não sendo orientada para uma política de habitação de alcance mais universal e estruturante.

O território nacional continua a carecer de habitação social, seja para os cidadãos portugueses, seja para cidadãos imigrantes. As comunidades carenciadas têm assim de recorrer ao incipiente mercado de arrendamento privado onde enfrentam rendas muito elevadas e por vezes discriminação por parte dos senhorios.

Deve ser feita uma análise do setor imobiliário, criando estímulos às dinâmicas do mercado de arrendamento, associando esquemas de recrutamento de trabalhadores a determinadas dimensões do processo de integração, que poderá incluir o uso de unidades desabitadas (eventualmente sujeitas a um processo de reabilitação que envolva os próprios imigrantes quando estes têm atividade na construção civil).

Deveriam também ser tomadas medidas ao nível do desenvolvimento de programas flexíveis de reabilitação de velhos edifícios públicos degradados, de edifícios particulares devolutos, de edifícios de empresas que entraram em insolvência (esqueletos urbanos) e de áreas de construção clandestinas, assegurando que as oportunidades de alojamento em bairros de habitação social sejam iguais para todos os cidadãos, nacionais e estrangeiros. Para facilitar os processos de habitação para imigrantes, os sistemas legislativos deveriam ser revistos, de modo a evitar tendências especulativas, aumentando a eficácia dos mecanismos regulatórios.

As soluções podem passar pela criação de estruturas organizativas, com uma estratégia ambulatória, de contacto direto com os moradores. Estes, por sua vez, devem ser envolvidos nestes processos de organização e realojamento, comunicando com mediadores e instituições que gerem o processo.

Outra solução poderia passar também pelo 'alívio fiscal' para o proprietário, no arrendamento a pessoas imigrantes ou requerentes de asilo, à semelhança do que é feito ao nível do emprego de pessoas com toxicod dependência, desempregados de longa duração, deficientes motores etc.

O alojamento para refugiados poderia ser uma experiência compreensiva e colaborativa para o desenvolvimento dos territórios, capitalizando os recursos sociais para a construção da comunidade, a regeneração de bairros e a integração dos migrantes na sociedade. No entanto, atualmente, os abrigos não catalisam o processo de autorrecuperação dos deslocados, criando em vez disso uma dependência indesejada em ajuda externa.

O carácter individualista da sociedade atual foi destruindo a capacidade de grupos em desvantagem fazerem coisas por eles próprios. É imperativo que se recuperem os valores de cooperação e solidariedade. Esta crise precisa de novas práticas mais criativas, mais flexíveis, sustentáveis e resilientes. O potencial de transformação deste tipo de iniciativas em modelos aplicáveis vai depender da capacidade de compreensão dos governos, companhias privadas e sociedades civis sobre os efeitos do investimento social e a sua relação com o habitat construído.

Pretende-se uma cidade de mudança com o potencial para ultrapassar as dificuldades juntamente com a capacidade de organização e gestão de recursos, com o propósito de atingir objetivos coletivos.

A dimensão social assegura a criação e fortalecimento de capital social por meio da autogestão e entreajuda. É também uma oportunidade para desenvolver uma economia social baseada no esforço e benefício coletivos e, simultaneamente, integrar a população no ambiente construído. O problema da habitação surge assim como a oportunidade para reproduzir força laboral integrada e criar laços identitários e emocionais.

São grupos sociais auto-organizados com o objetivo de transformar e construir o próprio habitat, a sua economia e qualidade de vida, que abrirão caminhos para novas metodologias de formação de cidade. A arquitetura e os arquitetos têm o potencial de ter um grande impacto nestas cidades de chegada, porque edifícios bem desenhados vão encorajar todos os cidadãos a instalarem-se lado a lado.

Bibliografia

Alexander, Christopher, S. Ishikawa, and M. Silverstein (1977). "A Pattern Language: Towns, buildings, construction", New York: Oxford University Press.

Aravena, Alejandro (2008). "Less money, more creativity", Mark Magazine, nº15.

Aravena, Alejandro (2009). "Conjunto Habitacional 'Quinta Monroy', Elemental, Iquique", arq./a, nº73.

Baptista, Luís e Margarida Ventosa (2008). "A experiência participativa é algo que fica"(entrevista a Álvaro Siza), arq./a, nº58.

Baratto, Romullo (2016). "Bienal de Veneza 2016 (um panorama preliminar)", ArchDaily Brasil (online) consultado em 27.06.2016. Disponível em <http://www.archdaily.com.br/br/788091/bienal-de-veneza-2016-um-panorama-preliminar>.

Barone, Ana e Sylvia Dobry (2002). Arquitetura Participativa, na visão de Giancarlo de Carlo, São Paulo: FAUUSP.

Bokern, Anneke (2016). "Amsterdam-Slotervaart", Schmal, Peter, Oliver Elser e Anna Scheuermann (2016), Making Heimat. Germany, Arrival Country, Hatje Cantz, Frankfurt am Main.

Broome, Jon (2005). "Architecture & Participation", Taylor & Francis.

Carvalhais, João (2009). Jornal dos Arquitectos, no236.

Casanova, Marielly, Ricardo Pozo, Conrad Kurzdorfer and Prof. Dr. Alexander Schmidt (2015-2016), "Inclusive Neighborhoods: Refugees in Essen, Challenges for Community Building" (Seminar for Master Program, Advance Research in Urban Systems, Universitat Duisburg – Essen) Essen, WS.

Casanova, Marielly. "Social Strategies Building the City: A re-conceptualization of Social Housing", Institute for City Planning and Urban Design. Universitat Duisburg-Essen.

Charalambous, Nadia. "Housing Design – From Concept to Fabrication: Participatory Processes", UCY, Chipre: Nicosia.

Coelho, Alexandra (2009). "Aravena, o arquitecto que faz meias casas", Público.

Croucher, Sheila (2004). "Globalization and Belonging: The Politics of Identity in a Changing World", Rowman & Littlefield, USA: Maryland.

De Carlo (1999). "Sula incontinente acesa dela tipologia".

De Vans, D.A. (1996). "Surveys in Social Research", UCL Press, Londres.

Dias, João (2007). "As Operações SAAL" (vídeo)

Eleb, Monique (1996). "Formas de vivienda emergentes y habitat, nuevos modos de habitar", Valência: COACV.

European Migration Network (2010). "Organization of Asylum and Migration Policies in the EU Member States", European Commission, Bruxelas.

European Migration Network (2013). "Intra-EU Mobility of third country nationals", European Commission, Bruxelas.

Faddy, W. (1993). "Constructing Questions for Interviews and Questionnaires", Cambridge University Press, Cambridge.

Fathy, Hassan (1973). "Architecture for the poor." Chicago: The University of Chicago Press.

Fillip, Janice (1991). "Standing up for California in Monterey", Architecture, vol.80, nº5.

Fonseca, Nadja (2011). "Habitação Mínima. O Paradoxo entre a Funcionalidade e o Bem-Estar." Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Faculdade de Arquitetura. Coimbra.

Frecheaut, Mónica (2015). Conferência "Habitação e Enquadramento dos Refugiados: Habitação para situações de emergência", IGOT, Lisboa.

Friedrichs, Jurgen (2016). "The arrival city and the integration of migrants", in Schmal, Peter, Oliver Elser e Anna Scheuermann (2016), Making Heimat. Germany, Arrival Country, Hatje Cantz, Frankfurt am Main.

Galrao, Marcia (2016). "Quer saber se tem algum refugiado no seu concelho?", in Visão (online). Consultado em 16.07.2016. Disponível em <http://visao.sapo.pt/actualidade/portugal/2016-07-08-Quer-saber-se-tem-algum-refugiado-no-seu-concelho->

Glendinning, Miles (2010). "Architecture's Evil Empire. The Triumph and Tragedy of Global Modernism", University of Chicago Press.

Glusac, Tanja (2015). "Architecture and Belonging: Migration, Re-territorialisation and self-identity", Tese de Doutoramento da Curtin University. School of Built Environment.

Harnack, Maren e Holl, Christian (2016). "The Arrival City is Fragmentarily Available", in Schmal, Peter, Oliver Elser e Anna Scheuermann (2016), Making Heimat. Germany, Arrival Country, Hatje Cantz, Frankfurt am Main.

Henderson, Susan (1999). "Self-help Housing in the Weimar Republic: The Work of Ernst May", Housing Studies, The International Housing Research Journal, 14, nº3.

Hendricks, Eefje et. al (2016). "Self-built housing as an alternative for post-disaster recovery", Eindhoven University of Technology, Eindhoven.

Herbert, Mikaela (2015). "Poor Conditions and Informal Practices Exploring Newly Arrived Migrants' Housing Pathways in Sweden", Malmo University. Department of Urban Studies.

Heringer, Anna (2008). "HOMEmade Family houses", Future Arc, vol.11.

Huidobro, Fernando García (2005). "Previ Lima: 35 Años Después", ARQ, Março, nº059, Universidade Católica do Chile.

INE (2011). "Estatísticas da Construção e Habitação. Inquérito à Caracterização da Habitação Social",

James, Franklin; Romine, Jeff e Zwanzig, Peter (1998). "The Effects of Immigration on Urban Communities", University of Colorado, Denver. in *Cityscape: a Journal of Policy Development and Research*, vol. 3, nº3, U.S. Department of Housing and Urban Development.

Kenney, Stephen (1994). "Cultural influences in architecture", Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Texas Tech University.

Kéré, Francis (2011). "Primary School, Gando, Burkina Faso", in *Arca*, nº 200.

Kienast, Gerhard (2016). "Incremental Housing Strategies as an alternative to the poisonous gift of free housing", University of Kassel. Alemanha: Kassel.

Korner, Peter e Sturm, Philipp (2016). "New Building in Frankfurt am Main and Iquique", in Schmal, Peter, Oliver Elser e Anna Scheuermann (2016), *Making Heimat. Germany, Arrival Country*, Hatje Cantz, Frankfurt am Main.

Lages, Joana e Braga, Joana (2016). "There is Africa in Lisbon. Spatial practices to support the struggle for spatial justice in a migrant squatter settlement in greater Lisbon", ISCTE e FAUTL, Lisboa.

Legrain, Philippe (2016). "Refugees work: A humanitarian investment that yields economic dividends", The Trent Foundation (online). Consultado em 13.06.2016. Disponível em <http://visao.sapo.pt/actualidade/mundo/2016-05-19-Refugiados-retribuirao-em-dobro-a-despesa-da-sua-integracao>

Maccamant, Kathryn (1994). "Cohousing: a contemporary approach to housing ourselves", Ten Speed Press, California.

Malheiros, Jorge e Lucinda Fonseca (2011). “Acesso à Habitação e Problemas Residenciais dos Imigrantes em Portugal”, ACIDI, Lisboa.

Movahed, Khosro (2013). “A study on the effects of Iranian religions on its house architecture.” Islamic Azad University, Irão.

Oppenheim, A.N. (1978). “Questionnaire Design and Attitude Measurement”, Heinemann, Londres.

Padilla, Beatriz e Alejandra Ortiz (2012). “Fluxos Migratórios em Portugal: do Boom Migratório à Desaceleração no Contexto de Crise. Balanços e Desafios”, Lisboa. Centro de Investigações e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL). In Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, nº39, p.159-184, Julho/Dezembro. 2012.

Parker, Lynette (2007), “The Ethics of Migration and Immigration. Key questions for policy makers” (online), Santa Clara University. Consultado em 02.08.2016. Disponível em <https://www.scu.edu/ethics/focus-areas/more/resources/the-ethics-of-migration-and-immigration/>

Pereira, Marcia e Townsend, Leanne (2010). “Architecture, Participation and Society”. Routledge.

Petrescu, Doina (2005). “Architecture & Participation”, Taylor & Francis.

Pinto, Cândida (2016). “Vizinhos: A Haia de Siza Multicultural”(vídeo), SIC Notícias, Lisboa.

Querrien, Anna (2005). “Architecture and Participation.” Taylor & Francis.

Rapoport, Amos. 2000 (1983b). “Studios Questions”, In Culture—Meaning— Architecture: Critical Re-

flections on the Work of Amos Rapoport, edited by Keith Diaz Moore, 103–111. Aldershot, England: Ashgate.

Raredon, Anya (2016) “Instant City: Humanitarian Settlement as a New Urban Form”. Boston. Affordable Housing Institute.

Ray, Brian (2003). “The Role of Cities in Immigrant Integration”, MPI, The Online Journal of the Migration Policy Institute, consultado em 21.07.2016. Disponível em <http://www.migrationpolicy.org/article/role-cities-immigrant-integration>.

Rettich, Stefan (2016). “Regulate. Reduce. Accelerate”, in Schmal, Peter, Oliver Elser e Anna Scheuermann (2016), Making Heimat. Germany, Arrival Country, Hatje Cantz, Frankfurt am Main.

Rodrigues, Camila (2015). Conferência “Habitação e Enquadramento dos Refugiados: Habitação para situações de emergência”, IGOT, Lisboa.

Roushan, Nazia (2015). “Comparative Analysis of Community Engagement and Participatory Design Process among Three Communities”, Austria: Viena.

Roy, Brian (2003). “The role of cities in immigrant integration”, The Online Journal of the Migration Policy Institute (online) consultado em 09.05.2016. Disponível em <http://www.migrationpolicy.org/article/role-cities-immigrant-integration>

Sanoff, Henry (2007). “Multiple Views of Participatory Design”, Archnet-IJAR, International Journal of Architectural Research, vol. 2.

Santiago, Beatriz (2012). “Arquitetura Participativa”, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Lisboa, Universidade Lusíada, Faculdade de Arquitetura e Artes.

Saunders, Doug (2010). “Arrival City. The Final Migration and Our Next World”, Alfred A. Knopf Canada.

Saunders, Doug. “Arriving on the edge: migrant districts and the architecture of inclusion”, in Schmal, Peter, Oliver Elser e Anna Scheuermann (2016), Making Heimat. Germany, Arrival Country, Frankfurt am Main, Hatje Cantz.

Sayah, Amber (2016). “Work as an Engine of Integration”, in Schmal, Peter, Oliver Elser e Anna Scheuermann (2016), Making Heimat. Germany, Arrival Country, Hatje Cantz, Frankfurt am Main.

Schulz, Martin (2016), “Charlemagne Prize 2016 – Speech by the President of the European Parliament” (online), consultado em 12.06.2016. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/the-president/en/press-room/charlemagne-prize-2016-speech-by-the-president-of-the-european-parliament-martin-schulz>.

SEF (2011). “Relatório das Migrações, Fronteiras e Asilo 2010”, Lisboa.

SEF e GEPF (2016). “Relatório das Migrações, Fronteiras e Asilo 2015”, Lisboa.

Siebel, Walter (2016). “Immigrant neighborhoods: an essential step towards integration”, in Schmal, Peter, Oliver Elser e Anna Scheuermann (2016), Making Heimat. Germany, Arrival Country, Frankfurt am Main, Hatje Cantz.

Silvano, Filomena (2009). “Ser Pobre”, *Jornal dos Arquitectos*, nº236.

Sousa, Teresa (2014). “O ano visto por António Guterres”, *Público* (online). Consultado em 17.02.2016. Disponível em <https://www.publico.pt/mundo/noticia/o-ano-de-antonio-guterres-todos-perdem-os-1680618>

Spinuzzi, Clay (2005). “The Methodology of Participatory Design”, *Technical Communication*, vol. 52, nº2.

The Council of the European Union (2003). *Official Journal of the European Union*, Bruxelas.

Venezia, Francesco (1983), “Costruito in Loco: Álvaro Siza a Évora”, *Lotus Internacional*, nº37, Milão.

Vrebos, Hanne (2016). “Passively waiting or building on a future? Lessons from slum upgrading on resident participation in the humanitarian camp of La Lanière, Grande-Synthe”, NTNU, Trondheim.

Wilkinson, David e Birmingham, Peter (2003). “Using Research Instruments. A Guide for Researchers”. Taylor & Francis. Londres.

Anexos

Anexo A – Modelo de Inquérito

Inquérito para Tese de Mestrado Integrado em Arquitetura

Débora Reis | 5º ano | ISCTE_IUL

Modos de Habitar o Mundo

World Inhabiting Ways

Le différent modes d’habitation dans le monde

Este inquérito tem a pretensão de perceber os diferentes modos de habitar nas diferentes culturas. O propósito é analisá-los e tirar dados conclusivos para melhor resposta da habitação na recepção de imigrantes num país. O inquérito tem a duração de 5 minutos e é anónimo. Estritamente concebido para estudos académicos. Agradeço desde já a sua colaboração.

This survey claim to understand the different ways of living in different cultures. The purpose is to analyze them and take conclusive data to better housing response in the reception of immigrants in a country. The survey has a duration of 5 minutes and is anonymous. Strictly designed for academic studies. Thank you in advance for your cooperation.

Cette enquête prétend comprendre les différentes façons de vivre dans des cultures différentes. Le but est de les analyser et de prendre des données probantes pour une meilleure réponse du logement à l’accueil des immigrants dans un pays. L’enquête a une durée de 5 minutes et est anonyme. Strictelement conçu pour études universitaires. Je vous remercie d’avance pour votre coopération.

Idade | Age | Âge

Profissão | Occupation | Profession

País de Origem | Home Country | Pays d'origine

Cidade de Origem | City of origin | Ville d'origine

Desenhe a planta da sua casa no país de origem:

Draw the plan of your house in your home country:

Dessinez le plan de votre maison dans le pays d'origine:

Desenhe a fachada principal da sua casa no país de origem:

Draw the main facade of your house in your home country:

Dessinez la façade principale de votre maison dans le pays d'origine:

Qual o principal material utilizado na fachada da sua casa, no país de origem?

What is the main material used on the facade of your house, in your home country?

Quel est le principal matériau utilisé sur la façade de ton maison, dans le pays d'origine?

Identifique o seu espaço preferido na casa do país de origem:

Identify your favorite room in your house. in the country of origin:

Identifier votre pièce préférée dans la maison du pays d'origine:

Desenhe a planta da sua casa em Portugal:

Draw the plan of your house in Portugal:

Dessinez le plan de votre maison dans Portugal:

Quantas pessoas habitam consigo nesta habitação em Portugal?

How many people live with you in this house, in Portugal?

Combien de personnes vivent avec vous dans cette maison, au Portugal?

Identifique o seu espaço preferido na casa:

Identify your favorite room in this house:

Identifier votre pièce préférée dans cette maison:

Indique o seu grau de satisfação com a sua casa no país de origem:

Indicate your satisfaction with your house, in the country of origin:

Indiquez votre satisfaction avec votre maison, dans le pays d'origine:

- 1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 +

Indique o seu grau de satisfação com a sua casa em Portugal:

Indicate your satisfaction with your house in Portugal:

Indiquez votre satisfaction avec votre maison, dans Portugal:

- 1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 +

Anexo B – Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados na Cidade de Lisboa

(disponível em <http://www.am-lisboa.pt/documentos/1444307049B9bHL8dw2Fm66PP9.pdf>)

PROGRAMA MUNICIPAL DE ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS NA CIDADE DE LISBOA (PMAR LX)

MISSÃO

Apoio ao acolhimento, acompanhamento e integração de refugiados na cidade de Lisboa



ENTIDADE PROMOTORA

CML - Câmara Municipal de Lisboa

COMPROMISSO

acolhimento de 500 REFUGIADOS

(Lisboa, que detém 5% da população nacional, propõe acolher cerca de 10% dos 4574 refugiados que a Comissão Europeia prevê atribuir a Portugal)

FORMATO DO PROGRAMA

Planeamento, programação e gestão de acções e recursos
Estabelecimento de parcerias, acordos e protocolos
Prestação de 2 anos de apoio no auxílio à construção de um projecto de vida

RECURSOS

2 M €
Recursos internos da CML
Rede colaborativa de parceiros
Outras fontes de financiamento nacionais e comunitárias

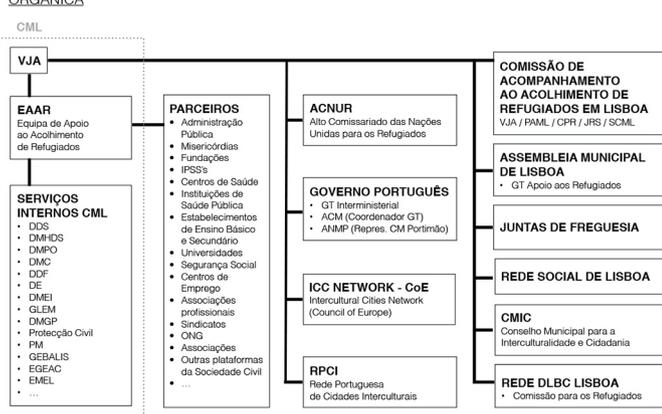
FASES

- A) Acolhimento
- B) Acompanhamento
- C) Integração

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

- 1) acesso à habitação
- 2) acesso à saúde
- 3) acesso à educação
- 4) aprendizagem do português
- 5) acesso à alimentação e vestuário
- 6) acesso à formação
- 7) validação de competências
- 8) acesso ao mercado de trabalho
- 9) participação e vida em comunidade

ORGÂNICA



PROGRAMAÇÃO

A) ACOLHIMENTO

- recepção e transporte
- acompanhamento e tradução simultânea
- serviços e infraestruturas de alojamento temporário (centro de trânsito)
- desenho e gestão de processo de triagem (médico, psicológico, reagrupamento familiar)
- registo e emissão/regularização de documentação, acompanhamento jurídico
- prestação de cuidados primários
 - acompanhamento social e psicológico individualizado/familiar
 - alojamento temporário
 - alimentação, higiene e vestuário
 - acompanhamento médico
 - facilitação de espaços de socialização (com especial atenção a especificidades culturais, género e idade)
- distribuição territorial de pessoas e famílias

B) ACOMPANHAMENTO

- habitação (encaminhamento para soluções de alojamento temporário gerido por parceiros)
- saúde (acompanhamento de clínica geral / consultas especializadas / apoio psicológico)
- educação (acompanhamento à inscrição/frequência/tradição no ensino público obrigatório)
- aprendizagem do português (em esquema de ensino não formal)
- fornecimento/apoio de alimentação e vestuário
- acesso a formação especializada adaptada a populações imigrantes
- início de procedimento de validação de competências
- inscrição/formação/integração adaptada em centros de emprego e formação profissional

C) INTEGRAÇÃO

- apoio no acesso ao mercado livre/social da habitação
- integração nos agrupamentos de centros de saúde
- integração no sistema de ensino público obrigatório
- apoio no acesso a esquemas formais de aprendizagem/aperfeiçoamento do português
- espaço/linha de apoio à alimentação e vestuário
- apoio no acesso a modelos de formação generalista
- frequência/equivalência à frequência de competências/habilitações literárias e profissionais
- apoio no acesso ao mercado de trabalho

Anexo C – Modelo de Entrevista

Entrevista para Tese de Mestrado Integrado em Arquitetura

Débora Reis | 5º ano | ISCTE_IUL

Receção e Integração em Portugal

Reception and Integration in Portugal

Accueil et l'intégration au Portugal

لا غتربل ا يف لابق تسال و جامدنا

Esta entrevista tem a pretensão de perceber a qualidade do processo de integração ao nível da habitação de pessoas refugiadas em Portugal. O propósito é analisá-las e tirar dados conclusivos para uma melhor resposta da habitação na recepção de refugiados. A entrevista tem a duração de 15 minutos e é totalmente anónima. Foi estritamente concebida para estudos académicos. Sinta-se livre para desenvolver as respostas dadas com a sua opinião sincera. Agradeço muito a sua colaboração.

This interview claim to understand the quality of the integration process at the level of housing refugees in Portugal. The purpose is to analyze them and take conclusive data for better housing response in receiving refugees. The interview lasts 15 minutes and is completely anonymous. It was designed strictly for academic studies. Feel free to develop the answers with your honest opinion. I really appreciate your cooperation.

Cette interview prétend comprendre la qualité du processus d'intégration au niveau des réfugiés de logement au Portugal. Le but est de les analyser et de prendre des données probantes pour une meilleure réponse du logement pour accueillir les réfugiés. L'entretien dure 15 minutes et est totalement

anonyme. Il a été conçu strictement pour les études universitaires. Sentez-vous libre de développer les réponses avec votre opinion honnête. Je vous remercie de votre collaboration.

لي لحت وه لفلذ نم فدهلا و .نكسلا قايس يف لاغتربالا يف نئيئجالا جامدنا قيلمع قيعون مهف وه قلاباقملا مده فده و ققيقد 15 قلاباقملا قرغتست .نئيئجالا لابقتسا لالخنكسلا عضو نيسحت لجال تانايبلا ذاختاو قبوجالا مده ققيرطب قباجالا يف ددرتت ال .طقف قيميذالكألتاس اردلل للاباقملا مده ميمصت مت .امامت قلوهم مكتيوه ققداص .مكئواعت ردقا اقح انأ .ققداص

Idade | Age | Âge | رمع

Profissão | Occupation | Profession | قنم

Género | Genre | Sexe (F/M) | سنج

País e Cidade de Origem | Country and City of origin | Pays et Ville d'origine | أشنملالصالا قنيدم و دلب

Descreva a organização espacial da sua casa no país de origem:

Describe the spatial organization of your house in your home country:

Décrive l'organisation spatiale de votre maison dans le pays d'origine:

كدلب يف لفلزنمل ينالكمل اعيطقتلا ما ميسقتلا فص

Qual o principal material utilizado na sua casa, no país de origem?

What is the main material used on your house, in your home country?

Quel est le principal matériau utilisé sur ton maison, dans le pays d'origine?

؟كدلب يف كلزنم يف ةمدختس مل ةيساسال ا ةدامل ا به ام

Identifique o seu espaço preferido na casa do país de origem:

Identify your favorite space in your house. in the country of origin:

Identifier votre pièce préférée dans la maison du pays d'origine:

.كدلب يف كلزنم يف كل لاضف مل ةفرغل ا م ةحاس مل ددح

Sente que o processo inicial de entrada e distribuição na UE foi feito de forma humanitária?

Do you feel that the initial process of entry and distribution in the EU was done humanely?

Vous vous sentez que le processus initial d'entrée et de distribution dans l'UE a été fait avec humanité?

؟ةيناسنا ةقيرطب تدمت داحتال ا يف عيزوتل و يبوروأل داحتال ا لى لوخدلا ةيلمع نأب رعشت له

Em que cidade portuguesa foi integrado?

In which portuguese city were you integrated?

Quelle ville portugaise vous été intégrés?

؟مكجامدن ا مت لاغتربل ا يف ةنيدم يا يف

Gosta do bairro em que foi integrado?

Do you like the neighborhood in which you were integrated?

Aimez-vous le quartier dans lequel il a été inséré?

هذي امكمامضنا ما مكجامدننا مت يذلا يحال بحت له

Sente que tem acesso a todos os bens e serviços de que precisa no bairro?

Do you feel you have access to all the goods and services you need in the neighborhood?

Vous sentez que vous avez accès à tous les produits et services dont vous avez besoin dans ce quartier?

هذي الحال يف اهيل اجاتحت يتل تامدخل او علسل اعيمج الى لوصولل قيرط كيدل كن اعشت له

Tem facilidade em deslocar-se do bairro de transporte público?

Is it easy to move from the neighborhood by public transportation?

Vous avez la facilité de se déplacer du quartier de transport public?

هذاعال لقنلال لئاسو قيرط نع يحال نمو يف كرحتلا لعل لسللا نم له

Identifica-se com a aparência e organização da casa que lhe foi atribuída?

Do you identify yourself with the appearance and organization of the house attributed to you?

Vous identifiez avec l'apparition et l'organisation de la maison qui vous est attribué?

هه عيطقت و مرظنم اصوصخ و لكل صصخت يذلا تيبلا كتيوه قباطي له

Sente que nesta casa é possível realizar hábitos ou atividades tradicionais que realizava na sua casa, no país de origem?

Do you feel that in this house is possible to perform traditional habits and activities performed at your home, in the country of origin?

Est que vous sentez que dans cette maison est possible d'effectuer les habitudes traditionnelles et des activités exercées à votre maison, dans le pays d'origine?

؟كدلب يف كلزنم يف اهيدوت يتلا اةيديلقوتلا عطشنأل او تاداعلا يدوت أن نكمملا نم تيبل اذه يف نأ رعشت له

Identifique o seu espaço preferido na casa em Portugal:

Identify your favorite space in this house in Portugal:

Identifier votre pièce préférée dans cette maison au Portugal:

للاغتربلا يف لزنملا اذه يف لضمملا كنكم ددح

Sente que a temperatura vivida dentro de casa é adequada? Sente demasiado frio ou calor?

Do you feel that the temperature experienced indoors is adequate? Feels too cold or heat?

Pensez-vous que la température est connu intérieur adéquat? On se sent trop froid ou à la chaleur?

؟ةيمالحلا ةرارحلا وأ ديدشللا دربلاب رعشت له ؟ةيفالك لخادللا يف ةرارحلا ةجرد نأ رعشت له

Quantas pessoas habitam consigo nesta habitação em Portugal?

How many people live with you in this house, in Portugal?

Combien de personnes vivent avec vous dans cette maison, au Portugal?

؟للاغتربلا يف تيبل اذه يف كعم نكسي صخش مك

Tem acesso a todos os apoios estatais que precisa para se integrar?

Do you have access to all state aid that need to integrate?

Vous avez accès à toutes les aides d'État qui vous besoin pour s'intégrer?

؟جامدن ال اهل اجاتحت يتل اةيموكحل اتادعاسمل ا فاك ىل ا لوصول ا لسلا نم له

Planeia ficar a viver em Portugal nos próximos anos?

Do you plan to stay to live in Portugal in the coming years?

Vous prévoyez de rester vivre au Portugal dans les années à venir?

؟مداقل اتاونسلا يف لاغتربل ا يف شيعلا يف اقبلا ططخت له

Sente que poderia integrar-se na sociedade portuguesa?

Do you feel you could be integrated into Portuguese society?

Vous sentez-vous que vous pourriez être intégré dans la société portugaise?

؟يلاغتربل ا عمدتجمل ا يف جمدن ت نا نكمملا نم مناب رعشت له

Indique o seu grau de satisfação com a sua casa em Portugal:

Indicate your satisfaction with your house in Portugal:

Indiquez votre satisfaction avec votre maison, dans Portugal:

لاغتربل ا يف لكلزنم عم كحايترا ةجرد ىل ا رشا

- 1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 +

